

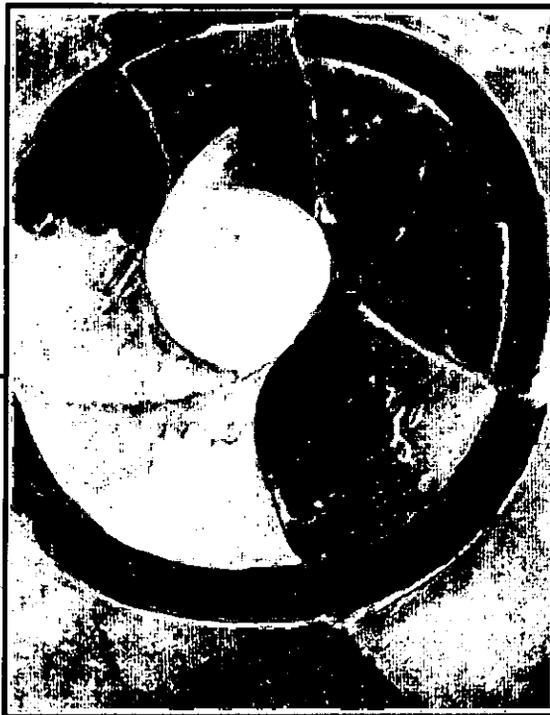
CADERNOS

ABONG

26

Orgão da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Novembro de 1998



Robert Delannay

## As ONGs e a solidariedade internacional

ABONG

# ABONG

## Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Fundada em agosto de 1991, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) objetiva representar e promover o intercâmbio entre as ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia. Neste sentido, a ABONG busca servir de veículo de expressão, em níveis nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs frente à problemática do desenvolvimento da sociedade brasileira.

A ABONG reúne atualmente mais de 250 associadas e está organizada em 8 regionais.

### Regionais da ABONG

#### Sul

Suzana Elisa Friedrich

PROAME

Rua São Pedro, 968 - Centro

93010-260 - São Leopoldo, RS

Tel.: (051) 592-4553/Fax: (051) 592-1689

#### São Paulo

Vilma Aparecida Barban

RECONSTRUÇÃO

R. Braulio Gomes, 107 - 5º andar - s/52 - Centro

01047-020 - São Paulo, SP

Tel./Fax: (011) 257-3502

#### Sudeste: RJ-MG-ES

Agostinho Guerreiro

IDACO

R. Visconde de Inhaúma, 134 - s/ 529 - Centro

20091-000 - Rio de Janeiro, RJ

Tel./Fax: (021) 233-4535//233-7727

e.mail: idaco@ax.apc.org.br

#### Centro Oeste

Ivo Schroeder

OPAN

Av. Ipiranga, 97

78020-550 - Cuiabá, MT

Caixa Postal 615 - CEP 78005-970

Tel.: (065) 322-2980/Fax: (065) 322-4161

#### Nordeste 1: PE-AL-PB

Neide Maria da Silva

ETAPAS

R. Arquimedes de Oliveira, 168 - Santo Amaro

50050-510 - Recife, PE

Tel.: (081) 231-0745/Fax: (081) 221-0689

#### Nordeste 2: BA-SE

Goya Lamartine da Costa e Silva

AATR-BA

Ladeira dos Barris, 145

40070-050 - Salvador, BA

Tel.: (071) 321-7184/Fax: (071) 321-9902

#### Nordeste 3: CE-PI-RN

Soraya Vanini Tupinambá

INSTITUTO TERRAMAR

R. Aracati, 129 - Benfica

60020-240 - Fortaleza, CE

Tel.: (085) 226-2476/ Fax: 226-4154

e.mail: terramar@fortalnet.com.br

#### Norte

Thaddeus Jude Scanlon (Ted)

CEPEPO

Trav. 25 de Junho, 215 A - Guama

66075-510 - Belém, PA

Tel.: (091) 249-2720/Fax: (091) 249-2246

e.mail: cepepo@ax.apc.org.br

## Apoio

**W.K. KELLOGG  
FOUNDATION**

**MLAL**  
Movimento Laici América Latina

*Cadernos ABONG são publicações da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais*

*Endereço: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 684, Itaim, São Paulo. CEP: 04530-001  
Tel (011) 829-9102, Telefax (011) 822-6604, E.mail abong@uol.com.br*

#### **Diretoria Executiva da ABONG:**

*Silvio Caccia Bava (presidente), Jorge Eduardo Saavedra Durão (secretário), Nalu Faria Silva (tesoureira), Vandevaldo Nogueira, Conceição Paludo, Átala Roque, Paulo Pires de Campos, Aldalice M. da Cruz Otterloo.*

#### **Equipe dos Cadernos**

*Rosângela Paz (ass. diretoria), Mariângela Graciano (jornalista), Iume Taga Tamoto (secretária), Neusa Dias (diagramação/ editoração).*

*Tiragem: 2.000 exemplares*

# *Apresentação*

**H**oje já há um consenso de que as ONGs brasileiras devem buscar diversificar suas fontes de financiamento e iniciar um processo de captação de recursos nacionais para garantir sua sustentabilidade. Entretanto, elas ainda dependem muito do apoio financeiro da Cooperação Internacional, uma parceria já de algumas décadas e que tornou possível a existência e o trabalho de muitas das ONGs brasileiras.

Discute-se um novo pacto entre as ONGs do Norte e as ONGs do Sul. Um pacto que se assenta em uma visão comum, ética e política, no sentido da afirmação dos direitos, da construção da cidadania e da melhoria de qualidade de vida das populações pobres. Neste sentido, a Carta das Organizações Não Governamentais Européias que publicamos neste Caderno, recém-elaborado, nos traz uma importante contribuição para o debate e o desenho deste novo pacto.

Na União Européia também se discute hoje prioridades regionais para a Cooperação Internacional e áreas temáticas que devem receber especial atenção. Na verdade se questiona o caráter da Cooperação Internacional. Se ela deve se orientar principalmente para ações emergenciais que venham atender populações flageladas pela fome ou por catástrofes naturais, por exemplo, ou se ela deve se orientar para o fortalecimento das entidades de representação dos múltiplos interesses dos excluídos e trabalhar assim no âmbito da construção de novas alternativas de desenvolvimento sustentável. Evidentemente estas alternativas não se excluem, mas desenham prioridades e orientam as ações de muitas ONGs do Norte.

Para acompanhar os debates em curso e nos informarmos sobre as mais recentes mudanças no âmbito da Cooperação Européia, uma missão da ABONG esteve visitando a União Européia e tomando conhecimento das novas diretrizes de suas políticas de Cooperação Internacional. Esta missão foi composta por Regina Rocha (NOVA), Maurício Lissovsky (ISER) e Wellington L. de Almeida (INESC). Contamos para este trabalho com o apoio da Fundação Friedrich Ebert no Brasil, que financiou as passagens e organizou nossa agenda de contatos em Bruxelas. Este Caderno traz também uma importante contribuição destes nossos companheiros na forma de um artigo que é uma prestação de contas dos resultados de sua viagem.

A participação das ONGs no âmbito das relações internacionais é analisada por Thais Corral (Rede de Desenvolvimento Humano) em artigo que descreve as características das organizações que participaram do processo de Conferências da ONU e de outros espaços intergovernamentais. A autora destaca a atuação do Movimento de Mulheres nas Conferências da ONU, e sua influência na agenda política global.

Este Caderno se propõe, através dos artigos citados acima, a socializar um conjunto importante de informações que permitam às ONGs associadas à ABONG se instrumentar para participar deste debate internacional e reorientar suas estratégias de parceria.

# Índice

---

## **A União Européia e as ONGs**

*Regina Rocha e Wellington Almeida*..... 5

## **Carta das ONGDS**

Princípios básicos das ONGs de auxílio humanitário  
e desenvolvimento na União Européia

*Liaison Committee of Development NGOs to the European Union* ..... 21

## **As ONGs e as relações internacionais: emergência e limites da governabilidade global**

*Thais Corral*.....31

# A União Européia e as ONGs

REGINA ROCHA/WELLINGTON ALMEIDA\*

## Introdução

Em junho de 1996, uma delegação da Associação Brasileira de ONGs - ABONG, composta por Regina Rocha (Nova), Maurício Lissovsky (Iser) e Wellington Almeida (Inesc), esteve em Bruxelas, com os seguintes objetivos:

- a) conhecer o modo de funcionamento da União Européia - UE por meio de: realização de entrevistas e coleta de bibliografia;
- b) conhecer objetivos e formas de ação, particularmente em relação à América Latina e Brasil, das redes de ONGs européias que atuam junto à UE; e estabelecer intercâmbio;
- c) a viagem foi complementada com uma visita à Associação de ONGs de Desenvolvimento da Alemanha - Venro, na sede da Misereor, em Aachen.

Neste Caderno, que socializa as informações recolhidas, buscamos destacar o atual contexto de mudanças e

redefinições políticas na cooperação internacional e construir uma síntese das principais preocupações das ONGs que fazem lobby junto à UE. Procuramos, ainda, traçar sucintamente um perfil das entidades visitadas, bem como identificar temas comuns ao universo das filiadas da ABONG, visualizando possíveis relações de parceria.

Uma série de problemas práticos dificultaram o prosseguimento do trabalho da equipe na transformação do relatório de viagem em um texto que pudesse ser publicado. Apesar do tempo decorrido, acreditamos que ainda faz sentido tal iniciativa, pois algumas questões identificadas continuam como desafios a serem enfrentados. Entendemos que o presente relato, além de trazer contribuições específicas, pode fornecer subsídios para uma discussão sobre as bases para um novo pacto de cooperação, tema que tem sido objeto de análise e debate da ABONG e de suas filiadas, que já

contam com um excelente trabalho de Cristina Inoue, no Caderno ABONG Nº 17.

Ressaltamos, porém, que o curto tempo da visita não permitiu o aprofundamento do diálogo. Foram 15 entrevistas em apenas cinco dias. Posteriormente, complementamos as informações obtidas com a bibliografia recolhida. Esta bibliografia está disponível na sede da ABONG para os interessados.

O programa de trabalho da Delegação da ABONG foi elaborado e patrocinado pela Fundação Friedrich Ebert, da Alemanha (vide apresentação da entidade no item 5).

Gostaríamos, ainda, de registrar a excelente colaboração de Maurício Lissovsky - que não pôde participar da redação deste Caderno - nas atividades da delegação. Utilizamos algumas de suas anotações de viagem, mas assumimos total responsabilidade pelo presente trabalho.

\* Regina Rocha - Socióloga, da equipe executiva da Nova Pesquisa e Assessoria em Educação.

Wellington Lourenço de Almeida - Jornalista, mestre em Relações Internacionais e doutorando em Ciência Política pela USP.

## I - Contexto europeu

Compreender o impacto das mudanças ocorridas no cenário político internacional, nos últimos anos, é estratégico para as ONGs brasileiras que mantêm relações com parceiras europeias. Já estamos há quase dez anos da queda do muro de Berlim. Entretanto, a turbulência materializada naquele acontecimento histórico ainda permeia o debate europeu sobre cooperação internacional.

A Europa enfrenta, a um só tempo, dilemas políticos e econômicos de grande magnitude. De um lado está colocada uma discussão sobre a incorporação de uma parte do Leste em seu projeto político de unificação. Aonde começa e termina a Europa da UE e como ficam as relações com os países que não serão incorporados são interrogações ainda sem respostas precisas. De outro lado, a crise e/ou desmantelamento do Estado do Bem-Estar como condição para se manter a competitividade na economia capitalista globalizada é outro grave problema ainda sem equacionamento adequado.

Percebe-se uma mudança radical no contexto da Europa, relacionada ao avanço da lógica neoliberal em todas as sociedades europeias. O modelo do Estado do Bem-Estar, nos termos clássicos, não tem sido sustentado por nenhuma força político-partidária no poder. Todos os governos impõem ajustes internos em seus países, adotando medidas duras para manter a competitividade da economia. Direitos sociais têm sido restringidos ou eliminados.

Por ocasião do lançamento do relatório sobre as condições da economia

europeia, por meio do *Livro Branco de Delors*<sup>1</sup>, alguns governos, retoricamente, afirmavam que a Europa deveria buscar competir na economia internacional resistindo às exigências do processo de globalização, mantendo seu sistema social de proteção. Seria o preço a ser pago para manter relações sociais mais equitativas, evitando-se o crescimento da pobreza e da violência. A prática, porém, foi outra: esta resistência ficou apenas no discurso.

Hoje, percebe-se claramente que o Estado não tem conseguido deter o movimento de reordenação do sistema produtivo levado a cabo pelas grandes corporações. Ou seja, para continuar competitiva, a economia europeia tem que se adequar à lógica mais selvagem do mercado, reduzindo custos de produção, diminuindo a qualidade do emprego em benefício das empresas e dando ênfase ao sistema financeiro.

Embora sem comparações possíveis com a nossa realidade, também na Europa vem aumentando o número de desempregados, de pobres e os índices de violência. Mas, os movimentos de resistência na Europa estão evidenciando que o ônus para as populações é demasiadamente alto.

Esta situação particular da Europa ilustra bem um aspecto perverso do processo mundial de globalização da economia capitalista: o discurso retórico dos dirigentes políticos não tem correspondência com a lógica adotada no processo produtivo, ou seja, este se desenvolve sem controle substantivo do chamado mundo da política governamental.

Não por outra razão podemos perceber em outros fóruns, como as Nações Unidas, por exemplo, as contradições gritantes entre as plataformas aprovadas em suas conferências globais e os acordos sobre comércio assinados pelos mesmos governos que a compõem. Basta comparar a declaração e o programa de ação aprovados na Cúpula Social de Copenhague com as resoluções do extinto GATT, em Marrakech, quando foi criada a atual Organização Mundial de Comércio - OMC. O resultado visível é que não são alocados recursos para o financiamento de uma agenda social, como alguns de nós espera.

No caso europeu, este contexto vem impondo um intenso debate sobre o futuro das sociedades. Não seria exagero afirmar que, assim como no pós-guerra, quando se implantou o Plano Marshall que permitiu a reconstrução da Europa e a edificação do Estado do Bem-Estar, hoje se coloca novamente a necessidade de definição de um novo perfil político e econômico para a região. Não existem condições políticas nem econômicas para a adoção de um plano semelhante que pudesse propiciar a reversão econômica dos países do Leste. Sequer existem condições para a manutenção de todas as conquistas sociais nos países com economia de ponta.

Estas mudanças e os novos desafios que elas trazem afetam todas as práticas sociais. Instala-se um processo de intensa competitividade face à incerteza quanto ao futuro. Os laços de solidariedade se enfraquecem, ao mesmo tempo em que ressurgem com força movimentos discriminatórios. A agenda política é drasticamente mo-

<sup>1</sup> Diagnóstico sobre emprego, crescimento e competitividade da economia europeia, apresentado em 1993, quando a Comissão Europeia era presidida pelo francês Jacques Delors.

dificada com a emergência de questões internas que encurralam as forças democráticas e os governos.

Obviamente, são as ameaças de perda de direitos e benefícios o que mais preocupa a maioria da população. A solidariedade com o chamado Terceiro Mundo fica cada vez mais distante. O que ainda consegue manter forte apelo é a ajuda humanitária, especialmente nas situações de emergência. Neste ponto também não se pode es-

quecer que as instituições não têm se mobilizado somente pelo sentimento genuíno de solidariedade. No caso da África, por exemplo, em certos setores há uma clara preocupação com a imigração de africanos para a Europa.

Isto não quer dizer que tudo é tragédia no que diz respeito ao debate sobre cooperação. Significativas parcelas da opinião pública continuam defendendo valores democráticos e solidários. No plano interno existe uma

disputa política que tende a crescer em densidade e importância. O neoliberalismo continua hegemônico, mas também crescem os setores envolvidos em resistências às suas políticas. Não há espaço, por exemplo, para a implantação de propostas radicais como se fez na Inglaterra na era Thatcher, como mostram as últimas eleições inglesas. A recente eleição para o Parlamento na França também evidencia resistências a este modelo.

## II - Algumas informações sobre a UE

### Breve histórico

A União Européia foi formalmente constituída em 1º de novembro de 1993, com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, assinado nesta cidade da Holanda em 7 de fevereiro de 1992. Um tratado polêmico que impôs exigências fiscais a todos os países membros para a adoção, em 1999, da moeda única. Em alguns países sua aprovação se deu por via de plebiscito, todos muito disputados. Maastricht se constituiu em marco no complexo processo de constituição da UE, que começou a se esboçar no pós-guerra em um contexto de crise generalizada no continente, perda de influ-

ência da Europa na política internacional e começo da Guerra Fria.

O primeiro passo foi dado em 1950, com a formulação, pela França, da proposta de criação de um acordo em torno do mercado de carvão e aço. Em abril de 1951 foi criada a Comunidade Européia do Carvão e do Aço - Ceca, com a participação de França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo. Os seis países membros da Ceca deram um novo passo, em 1957, com a constituição da Comunidade Econômica Européia - CEE, e a Comunidade Européia de Energia Atômica - Euratom, por meio

do Tratado de Roma. Em 1967, estas três comunidades deram origem à Comunidade Européia - CE.

Em 1973, inicia-se o processo de adesão de novos países à CE, com o ingresso da Inglaterra, Irlanda e Dinamarca. Em 1979 foram realizadas as primeiras eleições diretas para o Parlamento Europeu. Em 1981 a Grécia foi aceita na CE; em 1986, Portugal e Espanha. Neste mesmo ano foi assinado o Ato Único Europeu e foram esboçadas diretrizes para se chegar, finalmente, ao Tratado de Maastricht. Posteriormente, em 1995, Áustria, Suécia e Finlândia foram incorporadas à UE.

### Funcionamento

A UE tem um funcionamento bastante complexo. Composta atualmente por 15 Estados-Membros (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Suécia e Reino Unido), atua por meio de muita di-

plomacia, muita negociação e uma grande burocracia.

Sua atuação se efetiva por meio dos seguintes órgãos: Conselho Europeu e Conselho de Ministros; Comissão Européia; Parlamento Europeu; Comitê Econômico e Social; Tribunal de

Justiça e Tribunal de Contas, Comitê das Regiões e o Banco Europeu de Investimentos.

A delegação da ABONG realizou entrevistas com membros da Comissão Européia, do Parlamento Europeu e do Comitê Econômico e Social.

## Conselho Europeu e Conselho de Ministros

O Conselho Europeu reúne, ao menos duas vezes por ano, os Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros. Sua função: determinar as grandes linhas políticas da integração europeia.

O Conselho de Ministros é composto por representantes dos Estados-Membros, geralmente (mas não necessariamente) ministros ou secretários de Estado competentes pelas áreas/temas programados para discussão. Previstas em Tratados, as decisões são tomadas por maioria simples, unanimidade ou (em casos previstos) por maioria qualificada. Maioria qualificada significa uma ponderação de vozes, ou seja: os países maiores em população exercem uma influência maior: França (mais territórios), Alemanha, Itália e Reino Unido, têm dez vozes cada um; Espanha, oito vozes; Países Baixos, Bélgica, Grécia e Portugal, cinco vozes cada; Áustria e Suécia, quatro; Dinamarca, Irlanda e Finlândia, três; Luxemburgo, duas vozes.

O Conselho de Ministros é responsável por encontrar um denominador comum entre UE e Estados-Membros, e tem a responsabilidade da cooperação intergovernamental: política externa e de segurança comum, justiça, relações internas, e todos os domínios nos quais as decisões requerem unanimidade.

O exercício do poder dos Conselhos é dividido (na opinião de alguns, formalmente; para outros, efetivamente) com o Parlamento Europeu.

## Comissão Europeia

Esta Comissão é encarregada de apresentar ao Conselho de Ministros as proposições e projetos de interesse da comunidade europeia, velar pela aplicação dos Tratados e gerir os créditos orçamentários destinados às interven-

ções da UE. A Comissão é considerada o órgão executivo da Comunidade e atua em 24 campos específicos da política da UE, por exemplo, DG (Direção Geral) IB: Relações Exteriores e de Cooperação com o Mediterrâneo Sul, Meio e Próximo Oriente, América Latina e Ásia do Sul e do Sudeste. Cada uma destas DG tem suas Unidades de Atuação, por exemplo, DGIB - Unidade de Direitos Humanos e Democratização na América Latina.

## Parlamento Europeu

O Parlamento é formado por representantes eleitos em cada país para este fim. Como todo Parlamento, funciona à base de uma série de comissões (por exemplo, as Comissões de Agricultura e Desenvolvimento Rural; de Orçamento; Jurídica e dos Direitos dos Cidadãos; de Questões Sociais e de Emprego; Cultura; Juventude; Educação e Mídia; de Desenvolvimento e Cooperação; de Direitos da Mulher etc). As Comissões funcionam em Bruxelas e as reuniões plenárias do Parlamento são realizadas em Strasbourg (França).

O Parlamento Europeu conta atualmente com 626 membros (Alemanha, 99; França/Reino Unido/Itália, 87; Espanha, 64; Bélgica/Portugal/Grécia, 25; Suécia, 22; Áustria, 21; Dinamarca, 16; Irlanda, 15; Luxemburgo, 6...), e tem por função primordial tomar iniciativas, se pronunciar e controlar o andamento das políticas que tratam da União Europeia.

O Tratado de Maastricht reconheceu um poder legislativo ao Parlamento Europeu. Este Tratado estabeleceu um procedimento de co-decisão que dá ao Parlamento o poder de intervir em pé de igualdade (teoricamente) com o Conselho de Ministros.

O Parlamento trata de questões transeuropeias, proteção do consumi-

dor, educação, cultura, saúde, meio ambiente e outros que dizem respeito aos campos de aplicação do Tratado sobre a UE. O Conselho de Ministros e o Parlamento constituem as duas vertentes da autoridade orçamentária. Ressalve-se que em matéria de decisões quanto ao preço dos produtos agrícolas, o Parlamento dispõe apenas de poder consultivo. Por outro lado, o Conselho de Ministros não pode se pronunciar sem ouvir o Parlamento sobre certas decisões de grande importância, como acordos internacionais e novas adesões.

## Comitê Econômico e Social - CES

O CES é um órgão consultivo, com uma "missão técnica e política", exercendo influência sobre o processo de decisão da UE. O Comitê dá pareceres sobre as iniciativas tomadas em matéria de política de cooperação para o desenvolvimento.

O Comitê Econômico e Social (CES) é formado por 220 membros, representantes dos diferentes setores da vida econômica e social: empregadores, trabalhadores, agricultores, comerciantes e artífices, profissionais liberais e consumidores. Estes representantes são organizados por grupos e nomeados (cota de cada país-membro) pelo Conselho, por um período de quatro anos (podendo ser reconduzidos) e as deliberações são por unanimidade.

Ao Comitê compete dar pareceres sobre os assuntos de interesse da União Europeia. Ele é o órgão de consulta do Conselho e da Comissão, representando as forças econômicas e sociais dos Estados-Membros. Emite, ainda, pareceres de sua própria iniciativa sobre todas as questões onde atua a UE. Os seus pareceres têm força na decisão do Conselho de Ministros e do Parlamento. O Comitê está dividido em nove seções, que preparam as deliberações por meio dos pareceres emitidos por Grupos de Estudo (composto, em média, por 12 pessoas).

## Entrevistas realizadas

A delegação completou o levantamento de informações sobre a UE por meio de algumas entrevistas com representantes de seus organismos e com membros do Parlamento Europeu. Na Comissão Européia mantivemos contato com Carmem Ortiz Bru, do Núcleo "Direitos Humanos e Democratização na América Latina", responsável por um dos programas de financiamento de ONGs.

O núcleo funciona por temas e áreas geográficas: Pacto Andino e Cone Sul, por exemplo. A prioridade em relação à América Latina são os direitos humanos:

- ◆ apoio a reformas do Estado de Direito
- ◆ luta contra a pobreza (econômica e cultural)
- ◆ integração da América Latina nas instâncias econômicas internacionais (integração comercial)

A forma de chegar a estas prioridades é definida por cada país. Até recentemente a UE mantinha cooperação Governo a Governo ou com organismos da sociedade civil, por meio de ONGs européias. Há três anos iniciou a cooperação descentralizada que permite convênios diretamente com a sociedade civil, sem a intermediação destas ONGs européias. Em qualquer dos casos são previstos informes aos Governos locais. O encaminhamento de um processo (pedido de financiamento) dentro da UE é complexo e demorado. Passa por várias comissões.

No Comitê Econômico e Social - CES, a entrevista com Vasco Cal abordou temas di-

versos sobre os problemas atuais da Europa e o papel desempenhado pelos vários segmentos sociais. Em sua opinião há um esforço sincero e visível para que se efetive uma atuação conjunta, chegando a decisões por meio de consensos. A UE é considerada uma "questão de segurança" da Europa. Ao que tudo indica, "segurança" está significando ser forte economicamente, o que, admite-se, permitiria ser forte politicamente. O desenvolvimento econômico do Leste Europeu é uma questão vital para a UE, dado que a fragilidade do Leste poderia levar a uma fragilização da Europa como um todo.

Na questão das relações externas o Comitê não tem uma competência específica. No entanto, pode ter iniciativas nesta área, como fez em 1989 em relação à América Latina, oferecendo pareceres aos empresários locais sobre temas importantes para a área de comércio exterior.

As ONGs não estão representadas no Comitê, pois não fazem parte das estruturas socioeconômicas presentes

naquele órgão. O problema que vem sendo colocado no CES diz respeito à questão da representatividade das ONGs: qual grupo ou quais grupos representam? Isto porque o CES é formado por grupos representativos de diferentes categorias: Empregadores, Grupo I; Trabalhadores, Grupo II; e Interesses diversos, Grupo III. Atualmente está sendo debatida a possibilidade de as ONGs formarem o Grupo IV.

Dentro das ONGs existem duas correntes em relação a esta participação: umas querem a entrada, visando ampliar seu poder de influência; outras, querem que o Comitê consulte as ONGs, mas que elas permaneçam independentes do CES. Na atual estrutura, uma das reivindicações das ONGs é serem consultadas nas áreas em que são competentes: pobreza, realojamento de populações e igualdade, por exemplo.

No Parlamento Europeu, conversamos longamente com Ana Maria de Lage, deputada social-democrata eleita pela Espanha, que demonstrou bom conhe-

cimento das relações da UE com a América Latina. Segundo ela, percebe-se uma mudança qualitativa na cooperação com a América Latina nos últimos 10 anos, com a entrada de Portugal e Espanha na UE. Conforme Ana Maria Lage, a América Latina é uma zona emergente das mais importantes.

Desde 1989 a UE mantém acordos com todos os países latino-americanos. Nem todos os



Carlos José Martínez

países têm as mesmas facilidades. Por exemplo, a Bolívia, pelo problema da droga, não tem entrada; Brasil tem dificuldades dado o problema com direitos humanos: indígenas, trabalhadores sem-terra, violência nas grandes cidades, garimpeiros etc.

O problema é que não se definem as "cláusulas sociais" que permitiriam o controle dos protocolos firmados: o que são direitos humanos, o que são questões ambientais etc. O estabelecimento destas cláusulas sociais é que permitiriam acompanhar o cumprimento dos elementos do acordo.

A cooperação da UE não descarta possibilidades, mas não tem recursos

financeiros para atender a todas as demandas. A UE tem uma política de apoio mais intensa em comércio, cooperação tecnológica, pesquisa etc, mas dá suporte também à educação popular (alfabetização) e formação profissional. A liberação comercial apresenta problemas: liberação para América Latina prejudica os EEUU. A liberação comercial importaria em modificação de acordos, liberação progressiva (da atual organização) do comércio, modificação das zonas de livre câmbio etc. A relação exportação/importação é desfavorável à América Latina, mas há um interesse em produtos a elaborar e elaborados.

A UE tem interesse no Mercosul; já há uma discussão entre governos. Em função do Mercosul pensa-se em uma cooperação mais ativa, "mais justa". Fala-se em acordos de 4ª geração (onde entraria o Mercosul), mas os prazos não estão definidos.

Também entrevistamos Kreilssl Doerfler, deputado verde da Alemanha, que já viveu no Brasil e conhece bem os problemas do País. Colocou-se à disposição para lobby e outras ações, desde que sejam apresentados fatos concretos. Em problemas que envolvam organizações (empresas) européias a UE pode intervir.

### III - ONGs: um outro olhar

#### Questões em destaque

As questões/temas debatidos com a delegação da ABONG variaram de acordo com o perfil da instituição visitada: relação Norte/Sul; cooperação não-governamental; solidariedade e justiça social; direitos dos cidadãos; dívida externa; movimento de mulheres; e meio ambiente.

As redes/entidades contatadas têm um trabalho sério e competente, atuando sobretudo centradas no fornecimento de informações e de análises para suas parceiras do Norte e do Sul, e realizando uma atuação de lobby junto à União Européia. Estas prioridades se justificam: (a) as informações que circulam no âmbito da UE são as informações oficiais fornecidas pelos Governos, o que não raro distorce a realidade e necessidades das suas populações; (b) as organizações não-governamentais não têm assento nas reuniões dos diferentes órgãos da UE.

A construção da União Européia é

considerada complexa e difícil. A aliança é necessária do ponto de vista econômico e político, mas existem e persistem muitas diferenças: os países-membros não têm a mesma história nem a mesma cultura política e institucional.

É dada grande ênfase à construção de um consenso (que deve demorar décadas para ser consolidado), porém muitos dos nossos entrevistados manifestaram sua preocupação com as formas de atuação e prioridades da UE: as decisões estão sendo equacionadas de forma muito distante dos interesses das populações, e o que existe é a definição de objetivos claros de cooperação (até agora, pelo menos) apenas na área comercial.

Segundo os entrevistados, atualmente fala-se muito em políticas sociais, mas na verdade a prioridade é o equilíbrio orçamentário, baixa inflação e baixa taxa de juros. A questão do desem-

prego, por exemplo, mostra claramente a defasagem existente entre o discurso oficial e as práticas. O que ocorre é que enquanto as decisões econômicas são incompatíveis com o emprego, multiplicam-se as declarações em favor do emprego. Fala-se em competitividade e reclama-se dos "custos indiretos do trabalho" (pagamento da força de trabalho), quando, na verdade, o problema está na questão do *superávit* e na taxa de câmbio.

O risco parece ser o de a UE - enquanto mundo oficial, diplomático e burocrático - funcionar em uma dinâmica própria, distante dos movimentos/história e cultura das populações dos Estados-Membros. Este fato não é difícil de ser reconhecido, sobretudo porque importantes Tratados articulados no mundo oficial, quando submetidos à população por meio de plebiscitos, não têm sido aprovados ou têm encontrado grandes dificuldades para aprovação.

Diferentes segmentos em cada país europeu tentam resistir para manter o modelo do Estado do Bem-Estar Social, preservando conquistas sociais. Considera-se que a UE pode desempenhar um papel importante no fortalecimento desta resistência mas, admite-se, nas políticas oficiais a ênfase está no mercado, e não nas questões sociais.

Dependendo do interlocutor, varia a avaliação do papel/influência dos Estados Nacionais. A tendência parece ser a de considerar que, apesar de toda a ênfase no processo de globalização, as políticas externas continuem nas mãos dos Estados. Por mais formais que sejam as democracias européias, os governos dependem do “consentimento dos governados” e são responsáveis pela manutenção da paz social. O poder de decidir, implementar ou regulamentar intervenções, ainda está (e provavelmente permanecerá) com os Estados Nacionais.

A América Latina, em seu conjunto, não é considerada prioridade da UE.

---

*“A América Latina, em seu conjunto, não é considerada prioridade da UE. Brasil, Argentina e Chile recebem alguma atenção por serem considerados países emergentes”*

---

Brasil, Argentina e Chile recebem alguma atenção por serem considerados países emergentes. A Ásia é prioridade por admitir-se que tem um papel estratégico no campo econômico, e o Leste Europeu no plano político. Quanto a financiamentos, embora não haja uma definição muito clara, há uma prioridade por “desenvolvimento regional”: Pacto Andino e, possivelmente, Mercosul.

Na questão dos financiamentos para

ONGs fala-se muito em “cooperação descentralizada” (projetos apresentados diretamente à Comissão do país em causa), mas admite-se que os mecanismos desta cooperação ainda não estão em pleno funcionamento. A linha descentralizada ainda não está muito ativa. Na verdade, considera-se que o contato da UE com as ONGs européias é mais fácil. Na opinião de vários entrevistados, politicamente é mais interessante o contato das ONGs do Sul diretamente com as ONGs européias, uma vez que “há uma capacidade de gestão mais compatível entre as ONGs européias e a UE”. Enfatiza-se que a vantagem das ONGs européias é dada pelo seu conhecimento dos mecanismos da UE e também pelo fato de, se necessário, estas organizações poderem dar assistência técnica para discussão dos projetos.

O encaminhamento de um processo (pedido de financiamento) dentro da UE é complexo e demorado. Passa por várias Comissões. O prazo de tramitação, conforme informações colhidas, pode chegar a 18 meses.

## Breve perfil das instituições visitadas

### Fundação Friedrich Ebert

A Fundação Friedrich Ebert foi criada em 1925, definindo-se como “uma instituição cultural privada de interesse social, comprometida com o ideário e os valores fundamentais da democracia social e do movimento operário”. É uma entidade autônoma, mas com vinculação orgânica com o Partido Social-Democrata Alemão. O Ministério de Cooperação Alemão, conforme a lei, destina recursos às Fundações dos partidos políticos com representação parlamentar.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Fundação passa a priorizar a for-

mação política interna, valorizando temas como democracia e direitos humanos. A cooperação com o Sul baseia-se também nestes valores, beneficiando sindicatos, ONGs, Organização de Mulheres e Partidos Políticos.

No âmbito da Alemanha, oferece bolsas de estudos para jovens social e politicamente ativos e concede prêmios a jovens talentos; faz educação política, pesquisas sobre temas sociopolíticos e publicações, por exemplo. Em nível internacional, trabalha em Cooperação para o Desenvolvimento na América Latina, África e Ásia.

### NCOS - Centro Nacional de Cooperação ao Desenvolvimento

Entidade belga-flamenga, o NCOS desenvolve trabalhos locais, congregando 45 ONGs flamengas. Não tem vínculo com o Governo e nem atua como representante junto a ele, embora 75% de seus recursos venham do Ministério de Cooperação.

Seu principal objetivo é influir na definição da política belga junto à União Européia em relação aos países do Sul: trabalha sobre a qualidade e a quantidade da cooperação e visa mobilizar as pessoas para que saiam em defesa de uma relação Norte/Sul mais igua-

litária. Tem uma grande capacidade de mobilização: já reuniu 25.000 pessoas em uma cidade flamenga para pedir a anulação da dívida externa da África. Uma de suas principais reivindicações é a exigência, junto ao Governo, para que o percentual para a cooperação ao desenvolvimento seja aumentado para, pelo menos, 0,7% do Orçamento.

### **Euro - Cidse - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a Solidariedade**

É a rede de agências católicas européias, constituída por 17 organizações católicas de desenvolvimento e, desde 1967, mantém algum tipo de representação em Bruxelas. Seu mandato atual é: observar o que se passa; representar a visão dos membros; e informar. Editam um boletim de monitoramento e informação.

A Euro-Cidse trabalha com a América Latina, Ásia e África em um quadro de solidariedade e serviço aos pobres e aos marginalizados. São agências preocupadas com o desenvolvimento da cooperação e, hoje, têm duas principais prioridades: o futuro da Convenção de Lomé (acordo entre a UE e ex-colônias da África, Pacífico e Caribe, assinado em 1963, que garante vantagens comerciais a 70 países), e o trabalho de lobby/advocacy junto à UE. A organização mantém articulação com outras redes.

### **Eurostep - Solidariedade Européia para a igualdade entre os povos**

O Eurostep foi criado em 1990, agrupando 20 ONGs de desenvolvimento e reunindo organizações laicas como Novib e Oxfam, por exemplo. É uma articulação de várias redes européias que atuam na Ásia, África e América Latina. Entre seus objetivos para os próximos cinco anos está a própria

organização da rede, a política européia de cooperação, incluindo o futuro da Convenção de Lomé. Pretendem se dedicar, também, ao capítulo europeu do "Social Watch", que visa monitorar a ação dos países no cumprimento dos acordos da Cúpula Social de Copenhague e da Conferência de Beijing.

Segundo o entrevistado, a América Latina não está na lista de prioridades da UE e nem ocupa grande espaço. Diz-se claramente que a ajuda à África é para evitar as imigrações (afirmação que encontramos também em outros locais). A Ásia e países emergentes são considerados estratégicos.

A Eurostep publicou o livro "1996, a realidade da ajuda - Uma visão independente da ajuda internacional". Na elaboração deste livro participaram várias agências, fazendo uma crítica à ajuda internacional em seus respectivos países.

### **Comité de Liaison - Lico**

O Comité de Liaison des ONG de Développement auprès de l'Union Européenne (Lico) busca influenciar, "em um sentido positivo e inovador, as políticas de desenvolvimento em escala européia".

Fundado nos anos 70, quando as ONGs sentiram necessidade de manter um diálogo permanente com as instituições européias, o Lico se propôs a ser o porta voz das ONGs junto à Comissão, ao Parlamento Europeu e ao Conselho de Ministros.

A entidade é formada por uma pessoa de cada Estado-Membro, eleita pelas ONGs para um mandato de três anos, podendo ser reconduzida por três anos. São realizadas plataformas nacionais que atingem os 15 Estados-Membros da UE.

Trabalhando com base em plataformas nacionais, busca uma "posição

comum" das ONGs em relação a pontos que consideram "chaves". Estes pontos são elaborados por meio da organização de grupos de trabalho com *experts* nestes temas. Explicitam que não trabalham com "todo mundo", mas com as redes possíveis. Alguns temas trabalhados: política de desenvolvimento e cooperação; revisão do Tratado de Maastrich; relação Norte/Sul; e futuro da Convenção de Lomé.

O Comité atua por meio de:

- ◆ "Voice" - Voluntary Organisations in Cooperation in Emergencies, especializado em ajuda humanitária de urgência por meio das áreas de informação, relações e articulação com instituições da União Européia;
- ◆ Grupos de Trabalho permanentes, atualmente trabalhando em políticas de desenvolvimento, financiamento ao desenvolvimento e educação para o desenvolvimento;
- ◆ Grupos *ad hoc*, composto por pessoas escolhidas por seu conhecimento na área, que trabalham "*sur place*" por um tempo determinado em temas que estão requerendo especial atenção, como os atuais: segurança alimentar, África do Sul e Convenção de Lomé.

Entre outras publicações, cada ano editam um guia para as ONGs (de desenvolvimento e de urgência) com informações práticas sobre a União Européia.

### **Aprodev - Associação das Organizações Protestantes de Desenvolvimento na Europa**

A Aprodev surge como resultado do processo de autonomia adquirida pelas agências ecumênicas em relação ao Conselho Mundial de Igrejas. Um processo que se desenvolveu a partir

da cooperação internacional. Hoje existe todo um debate sobre o caráter desta autonomia, patrocinado pelo Conselho, que vem questionando a política de concentração de algumas agências e suas posições frente à lógica neoliberal.

O Conselho está pressionando para que a cooperação recupere a linha da solidariedade que foi mais ativa no passado. Desta Rede fazem parte, por exemplo: Christian Aid, Danchurchaid, EZE, Pão para o Mundo, ICCO, Solidaridad, Heks, entre outras com atuação no Brasil. A Associação trabalha de forma articulada com outras redes, e tem aproximadamente o mesmo repertório temático a partir da defesa da democracia, direitos humanos e relações de gênero.

A Aprodev é recente e o seu projeto de atuação ainda está sendo trabalhado. Basicamente, mantém um escritório de lobby junto à UE, em Bruxelas, e participa eventualmente de algumas campanhas no âmbito europeu. Neste pouco tempo, porém, já patrocinou iniciativas importantes como a do Discerning the Way Together - DWT, em que quatro de suas agências filiadas (Christian Aid, Pão para o Mundo, EZE e ICCO) realizaram um rico debate sobre as novas tendências da pobreza no atual contexto mundial, e o papel da cooperação internacional. Este debate, para o qual diversas ONGs brasileiras contribuíram com aportes, foi o precursor do processo de articulação do diálogo entre as agências ecumênicas e suas contrapartes no Brasil, conhecido como PAD. Dentro da Aprodev tem surgido também iniciativas pontuais de articulação e coordenação de agências e seus parceiros, como ocorreu entre Christian Aid e Danchurchaid, em 1996, por ocasião da Cúpula Mundial de Alimentação, realizada em Roma.

### **Eurodad - Rede Européia sobre dívida e desenvolvimento**

É uma rede representando 26 ONGs européias de 15 países, trabalhando, fundamentalmente, sobre os problemas ligados à dívida, ao ajuste estrutural e à responsabilidade das instituições de Bretton Woods.

A Eurodad visa obter coerência e coordenação que possibilitem um maior impacto do trabalho realizado pelas ONGs européias em relação aos temas acima. O objetivo é pressionar os governos europeus e as grandes instituições privadas - maiores credores do Terceiro Mundo - para que equacionem, diferentemente, a questão da dívida. Em seus trabalhos, dá ênfase à base de sustentação da situação atualmente existente: condições políticas internacionais desfavoráveis em relação ao Terceiro Mundo. Tem uma série (excelente) de publicações sobre o tema.

### **Venro - Associação de ONGs Alemãs de Desenvolvimento**

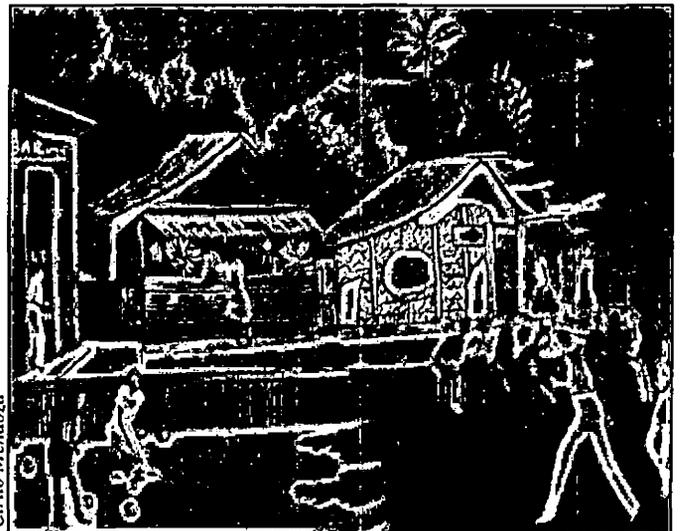
É uma rede de organizações alemãs que trabalham na cooperação para o desenvolvimento. Esta rede foi formada recentemente (1995) e o objetivo é eliminar competições entre elas, unilas e melhorar seus trabalhos. Desta rede fazem parte diferentes tipos de organizações. (1) Organizações que apoiam trabalhos no Sul, mas também atuam na formação e lobby dentro da Alemanha (como Misereor e EZE). (2) Organizações que só trabalham com projetos na

Alemanha, mas cooperam com parceiros e sócios no Sul. (3) Organizações que só fazem formação na Alemanha (não têm projetos no Sul). (4) Organizações que só fazem lobby político na Alemanha. Todas estas podem se filiar à Venro.

Atualmente, a Venro conta com 65 membros. A Associação se financia com as contribuições dos membros, feitas proporcionalmente à força econômica e ao tamanho da instituição.

Uma das dificuldades enfrentadas pela Venro no início de seu funcionamento foi a heterogeneidade das estruturas das ONGs. Na Alemanha existem organizações muito grandes e organizações muito pequenas. As organizações muito pequenas têm receio, por um lado, de serem dominadas pelas grandes e, por outro, temem serem forçadas a se tornarem maiores. Esta heterogeneidade cria uma tensão que tem que ser trabalhada. No início, também, havia muita diferença entre as ideologias, mas estas diferenças hoje já não desempenham um papel importante.

Uma outra dificuldade enfrentada pela Venro em seu início foi a de tentar encontrar o equilíbrio na relação associação e membro individual, ou seja: a autonomia das ONGs e o projeto



Cirilo Mendosa

coletivo. Hoje admite-se que sempre haverá tensões, mas considera-se que uma forma de encontrar este equilíbrio é criar um consenso em relação às regras do jogo. Atualmente espera-se que, por meio de um esforço conjunto, Venro possa falar como uma voz e defender os interesses das ONGs alemãs com mais força. Hoje há perda sociopolítica das ONGs, com redução de verbas no orçamento federal.

Na Alemanha há grande preocupação com a questão do meio ambiente, o que impulsiona as discussões sobre sustentabilidade. A Venro promoveu uma campanha de esclarecimento junto a diferentes categorias de trabalhadores na indústria e na agricultura sobre o tema. No momento da visita da Delegação ABONG, a Venro ainda estava se estruturando, mas já participava como membro da rede Liaison (Lico), em Bruxelas.

### Human Rights Watch

A entidade foi fundada em Nova York, em 1978, com o objetivo de trabalhar a implementação da Convenção de Helsing. Em 1981 foi formado o American Watch, abrindo trabalhos na América Central e do Sul, África e Ásia, além das atividades nos Estados Unidos e Europa.

Hoje a entidade atua na defesa dos direitos civis, econômicos e sociais. Trabalha com grupos temáticos, como: crianças de rua (já publicaram um livro sobre a situação das crianças no Brasil); direito das mulheres; venda de armas e violação dos direitos humanos; e liberdade de expressão. Trabalha também com investigação de campo, produção de documentação, difusão de informações e lobby.

Em Bruxelas a entidade se caracteriza como um centro de difusão de informações sobre as instituições européias; a UE; sindicatos; ONGs etc. Há um

empenho em identificar iniciativas da UE na área dos direitos humanos e se fundamentar para acompanhar e debater a implementação destas iniciativas. Produzem *dossiers*/documentação sobre os temas, contratando especialistas (onde estiverem) para esta elaboração. Apropriando-se destas análises e informações, divulgam junto à imprensa, visando influenciar a opinião pública e fazer lobby junto à UE.

Consideram que é difícil efetivar uma política internacional de direitos humanos. Nacionalmente, certas ações ficam no nível simbólico porque as instituições interessadas em direitos humanos não têm poder para exigir a efetivação destes direitos, por exemplo, junto à sociedade comercial ou diplomática. Ocorre, com certa frequência, que a exigência de observância dos direitos humanos resulta em transferência, pelas empresas, da produção para outro país para não cumprir esta exigência. Portanto, visando resultados é preciso pressionar a situação internacional. A entidade enfatiza a importância de trabalhar frente a problemas concretos.

### European Environmental Bureau - EEB

A EEB foi fundada em 1974, ano em que ocorreram as primeiras discussões sobre meio ambiente na Comunidade Européia. A rede é formada, fundamentalmente, por grandes entidades. As pequenas entidades se organizam regionalmente e participam, em conjunto, com um representante. A EEB conta atualmente com 135 membros.

A rede se define como um grupo de lobby e pressão, trabalha sobretudo junto às 24 comissões da UE que têm como núcleo de atuação a questão do meio ambiente; está aberta a novos projetos e parceiros; e já organizou um seminário sobre o Mercosul e o Meio Ambiente, com a participação de 30 ONGs.

Para atuar no meio ambiente, segundo a EEB, é necessário se organizar em nível global e de maneira competente (a ética é fundamental, mas não suficiente). É preciso levantar o quê, tecnicamente, é possível ser feito, quais são os dados científicos e técnicos disponíveis, as condições ambientais em cada local etc.

A entidade defende os seguintes princípios, que são os adotados pela UE:

- ◆ precauções e prevenção;
- ◆ luta contra os danos ambientais, dando prioridade à causa que os provoca;
- ◆ princípio de "quem polui, paga".

A tendência do trabalho é considerar que apenas garantir a legislação não é suficiente. É preciso analisar e influenciar sobre as rubricas orçamentárias ("Green Budget"), utilizando critérios que atendam à noção de desenvolvimento equilibrado e sustentável das regiões.

### Wide - Women in Development Europe

A Wide é uma rede de mulheres que desenvolvem trabalhos concretos ou pesquisam questões de gênero e desenvolvimento. A rede está organizada em torno de quatro objetivos principais:

- ◆ intercâmbio de informações que permita uma atuação mais eficaz em questões importantes para atender às necessidades do desenvolvimento das mulheres nos países do Sul, com a perspectiva de aprofundar e ampliar a consciência política sobre estes temas;
- ◆ estimular e fortalecer as redes nacionais, políticas de desenvolvimento, planos e programas de países europeus que estejam dirigidos aos países do Sul, com a perspectiva de apoiar as mulheres do

Sul que vivem naquela região e àquelas que se encontram vivendo no Norte;

- ◆ promover contatos sistemáticos com mulheres de outros países, para que suas prioridades de desenvolvimento se convertam em metas de atividades da Wide;

- ◆ pressionar as organizações européias e internacionais sobre os temas de gênero relacionados ao desenvolvimento.

A Wide explicita que trabalha com "olhos internacionais" sobre seus próprios objetivos, e assume como critério metodológico consultar as mulheres do Sul sobre suas prioridades em

relação ao desenvolvimento. Sua atuação está estruturada em grupos de trabalho. Os membros da Wide reúnem-se uma vez por ano para troca de experiências e discussão de pontos sobre gênero e desenvolvimento, em uma Assembléia Geral. O contato regular entre os membros é mantido por meio de um Boletim, editado três vezes ao ano.

## IV - Considerações finais

Pode-se constatar que existe um importante espaço de diálogo na Europa que deve ser explorado pelas ONGs brasileiras. O enfrentamento das questões políticas que conseguimos mapear neste primeiro trabalho pode alterar, positivamente, a qualidade do debate com nossos parceiros europeus da área não-governamental da cooperação. Muitos destes parceiros estão redefinindo suas políticas e abrindo discussões com suas sociedades sobre a natureza dos problemas no Sul, cada vez mais semelhantes aos que ocorrem atualmente no Norte. É possível intensificar ações comuns a partir da análise desses problemas.

Estas discussões, ainda incipientes, não são fáceis, pois, como sabemos, no interior das próprias Agências tam-

bém se trava um processo de discussão (e disputa) em relação ao enfrentamento dos desafios atuais. No entanto, temos que procurar acompanhar e participar deste debate, formulando e apresentando nossas propostas para um novo pacto de cooperação internacional. Temos que ajudar nossos parceiros europeus a enfrentar a inadiável questão da natureza de seus mandatos, ou seja: afirmar e criar novas possibilidades que superem o enfoque, predominante dos últimos anos, de que o principal papel da cooperação internacional seria resolver os problemas do Sul.

Torna-se óbvio que o enfoque privilegiado pelo Norte no combate à pobreza é hoje insuficiente para enfrentar o conjunto de nossos problemas.

Por esta linha não há futuro para relações de cooperação e parceria com o Brasil e com a maioria dos países da América Latina.

O êxito, diante deste desafio, passa pelo fortalecimento da capacidade de análise e intervenção política dos diversos atores sociais, para as quais deve e pode contribuir a ABONG e suas filiadas. O começo, acreditamos, passa pelo domínio de algumas informações básicas, que podem ajudar na análise das relações Norte/Sul. Nesta perspectiva é que foi organizado o presente Caderno sobre a União Européia e algumas redes de ONGs, trazendo informações, provavelmente, sem novidade para alguns, mas, certamente, de validade para todos nós.

## BIBLIOGRAFIA

### FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT

- La Fundación F. Ebert - historia, funciones y objetivos
- Democracy, Social Justice, International Understanding (1995)

### NCOS - Centre Nacional de Cooperación al Desarrollo

- Revista: De Wereld Morgen (Juin 96)

### EURO-CIDSE

- News Bulletin - May/June 1996
- \*(inclui relação das Agências que compõem a Euro-Cidse)

### EUROSTEP

- The reality of aid - An independent review of International Aid - 1996
- \*(Relação das agências e análise da cooperação em cada país)
- Eurostep Programme - 1996/2000
- A Global Foreign Policy for Europe (An Eurostep briefing for the 1996 European Union Inter-Governmental Conference)
- \*(inclui lista de Agências que compõem a Eurostep)

### COMITÉ DE LIAISON des ONGs de développement auprès de l'Union Européenne

- Guide ONG - 1996 - Informations pratiques pour les ONG de développement et d'urgence dans l'UE.
- Liaison Info - Bulletin des ONG de l'UE engagées dans l'action Nord-Sud (n° 18, Juin 1996)

### COMITÊ ECONÔMICO E SOCIAL das Comunidades Européias

- Regulamento Interno (Junho/1995)
- Crescimento, Competitividade, Emprego - Os desafios e as pistas para entrar no Século XXI (1993)
- Parecer: "Para o reforço da política da União Européia em relação ao Mercosul"(Outubro/1995)
- Parecer: Incidência dos Acordos do Uruguay Round (1994)
- "Para uma Europa dos Direitos Cívicos e Sociais"(Oct.95/Fev.96)
- Parecer: As relações da Comunidade Européia com a América Latina (1994)
- Relatório: As relações da União Européia com a América Latina (1994)
- O Papel do Comitê Econômico e Social (Nov.1995)
- Relações Comunidade Européia América Latina (1993)

### APRODEV

- Aprodev Bulletin (April 1996)
- \*Lista das Agências que compõem a Aprodev

### EURODAD

- Third World Debt in the 1990 (June 1996) - Information Sheet
- World Bank and IMF Still Lack Realism (June 1996) - Inf. Sheet
- Multilateral debt relief: no reason why the IMF cannot do more (June 1996) - Inf.Sheet
- Does the debt overhang effect exist? (June 1996) - Inf. Sheet
- Eurodad Multilateral Debt Update - 13 June 1996
- Multilateral Debt (September 1996)
- Multilateral Debt: The Human Costs (Oxfam-International, February 1996)
- World Credit Tables - Analysis creditor profiles tables and matrices - 1994/1995
- Eurodad Briefing Paper - European Union and Structural Adjustment - May 1995
- Eurodad Briefing Paper - The Naples Terms - not what they appear to be (Oct. 1995)
- Eurodad - 1995 Annual Report (April 1996)
- Official Bilateral Debt: New Directions for Action (April 94)

### **WIDE**

- Wide: Network Women in Development Europe (May 1996)
- Wide Bulletin: Defying Marginalisation, on the road from Beijing (March 1996)
- Boletin 1995:6 - Economia (Julio 1995)
- Living and Working - An illustration of the feminisation of poverty in Europe (August 1995)
- Eurodad-Wide Briefing Paper - Male Chauvinist SAPs (Dec.94/jan.95)
- Eurodad-Wide Position Paper - World Bank Structural Adjustment and Gender Policies (September 1994)

### **VENRO/Misereor**

- Sustainable Germany - A contribution to sustainable global development (1995)

### **EBB - SECRETARIADO EUROPEU DO AMBIENTE**

- Os seus Direitos (1994)

## Endereço das redes/entidades visitadas

**Dr. Ralf Hexel**

Director for North-South Projects  
Friedrich-Ebert-Stiftung  
5, rue Archimède  
B - 1000 Brussels  
Tel: ++ 322-2301408  
Fax: ++ 322-2307651

**Melanie Schellers**

National Centrum voor Ontwikkelingssamenwerking -  
NCOS - (National Center for Cooperation and  
Development)  
Vlasfabriekstraat 11  
1060 Brussels  
Tel: ++ 322-5392620  
Fax: ++ 322-5391343

**Melissa Julian**

Euro-Cidse  
Rue Stévin, 16  
1000 Brussels  
Tel: ++ 322-2308881  
Fax: ++ 322-2307237

**Simon Stocker**

Director  
European Solidarity Towards Equal Participation of  
People - Eurostep -  
Rue Stévin, 115  
1000 Brussels  
Tel: ++ 322-2311659  
Fax: ++ 322-2303780

**James Mackie**

Executive Secretary  
NGDO-EU Liaison Committee - Lico -  
Square Ambiorix, 10  
1040 Brussels  
Tel: ++ 322-7364087  
Fax: ++ 322-7321934

**Dr. Vasco Cal**

Economic and Social Committee - ESC -  
Social Section  
Rue Ravenstein, 2  
1000 Brussels  
Tel: ++ 322-2469565  
Fax: ++ 322-5469755

**Ana Miranda de Lage**

European Parliament  
Member of the Delegation for relations with the countries  
of South America  
Rue Belliard, 97-113  
1047 Brussels  
Tel: ++ 322-2845883  
Fax.: ++ 322-2849883

**Kreissl Doerfler**

European Parliament  
Rue Belliard, 97-113  
1047 Brussels

**Martin Bax**

Aprodev  
Rue Joseph II, 174  
1000 Brussels  
Tel: ++ 322-2310102  
Fax: ++ 322-2311413

**Sasja Bökkerink**

European Network on Debt and Development - Eurodad  
Square Ambiorix, 10  
1040 Brussels  
Tel: ++ 322-7327007  
Fax: ++ 322-7321934

**Dr. Reinhard Hermle**

Venro/Misereor  
Mozartstraate 9  
52064 Aachen  
Tel: ++ 49241442177  
Fax: ++ 49241442188

**Jean-Paul Marthoz**

European Press Director  
Human Rights Watch  
Rue Van Campenhout, 15  
1000 Brussels  
Tel: ++ 322-7322009  
Fax: ++ 322-7320471

**Regina Schneider**

European Environmental Bureau - EEB -  
Rue de la Victoire, 26  
1060 Brussels  
Tel: ++ 322-5390037  
Fax: ++ 322-5390921

**Mieke Van Der Veken/Caroline Winchurch**

Network Women in Development Europe - Wide -  
Rue du Commerce, 70  
1040 Brussels  
Tel: ++ 322 - 5459070  
Fax: ++ 322-5127342

**Pascal Hector** - Permanent Representation of Germany  
to the European Union

Rue Jacques de Lalaing, 19-21  
1040 Brussels  
Tel: ++ 322-2381811  
Fax: ++ 322-2381946

**Carmen Ortiz Bru**

European Commission  
Directorate General  
Unit "Human Rights and Democratization in Latin  
America"  
Rue de la Science, 14  
1040 Brussels  
Tel: ++ 322-2990851  
Fax: ++ 322-2991032

# **CARTA DAS ONGDS**

Princípios básicos das ONGs  
de auxílio humanitário e desenvolvimento  
na União Européia

**Liaison Committee of Development NGOs  
to the European Union**

*Título Original:*

**NGDO CHARTER**

**Basic Principles of Development and Humanitarian Aid NGOs in the European Union**

# CARTA DAS ONGDS

## Princípios básicos das ONGs de auxílio humanitário e desenvolvimento na União Européia

### A CARTA DAS ONGDS

#### A. Valores

##### As ONGDs da UE crêem em:

1. Justiça social, igualdade e respeito pelos direitos humanos.
2. Participação das populações para as quais elas estão trabalhando.
3. Envolvimento da sociedade civil na cooperação para o desenvolvimento.
4. Servir aos seus parceiros do Sul – seu objetivo não é servir seus próprios interesses, mas os de seus parceiros.

#### B. Postura

##### As ONGDS da UE crêem em:

1. Ter uma postura profissional em relação ao seu trabalho.
2. Construir a capacidade de parceiros no Sul.
3. Estimular o empoderamento dos grupos particularmente vulneráveis.
4. Trabalhar para reduzir desigualdades de gênero.
5. Usar métodos apropriados de levantamento de fundos.
6. Assegurar que suas ações sejam sustentáveis.
7. Engajar-se na educação para o desenvolvimento, na conscientização e em sua defesa no Norte.
8. Usar sua capacidade de comunicação para ligar diferentes setores da sociedade.

#### C. Estrutura

##### As ONGDs da UE:

1. Estão enraizadas na sociedade civil da UE.
2. São sem fins lucrativos.
3. São entidades juridicamente constituídas.
4. Estão sediadas na União Européia.
5. São grupos de pessoas.
6. São autônomas e têm seus próprios objetivos de desenvolvimento.
7. Têm um conselho representativo dos associados da ONGD e independente em suas ações.
8. Procuram diversificar suas fontes de financiamento.
9. São transparentes e têm suas finanças abertas ao escrutínio público.

## O Comitê de Ligação de ONGs de Desenvolvimento à UE<sup>1</sup>

O Comitê de Ligação ONGD-UE representa, em relação às instituições da União Européia (UE), mais de 800 Organizações Não-Governamentais (ONGs) Européias trabalhando no campo do desenvolvimento ou auxílio humanitário, e agrupadas em 15 plataformas nacionais.

Coordenado por um Secretariado sediado em Bruxelas, o Comitê de Ligação tem uma missão tripla de informação, diálogo sobre políticas da UE e diálogo sobre fundos orçamentários no que concerne a questões de desenvolvimento que podem afetar o mundo em desenvolvimento.

A filiação, através das 15 Plataformas Nacionais, é aberta a todas as ONGs sediadas em um Estado-Membro da UE e ativas nos vários campos de trabalho e de solidariedade internacional e, particularmente, desenvolvimento, auxílio de emergência e educação para o desenvolvimento.

### Visão

O Comitê de Ligação ONGD-UE luta por um mundo baseado em relações justas entre todos os povos junto aos quais a União Européia desempenha um papel fundamental na distribuição igualitária dos recursos da Terra entre os povos do mundo, e torna disponível sua riqueza e conhecimento àqueles que procuram promover seu próprio desenvolvimento.

### Papel

Criar um canal para que as visões da sociedade civil do Sul sejam ouvidas na Europa; encorajar uma postura européia positiva e progressista para as questões internacionais; trabalhar para melhorar a qualidade, abrangência e impacto da cooperação e assistência externas da UE. O Comitê de Ligação ONGD-UE se propõe a contribuir efetivamente na formulação e monitoramento das políticas da UE nos campos da cooperação para o desenvolvi-

to; assistência emergencial e outras políticas que têm algum papel nas relações da União Européia com o Sul.

### Antecedentes

Esta Carta das ONGDs foi escrita em resposta a um crescente debate no mundo das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento e dos órgãos de governo que doam recursos para a cooperação sobre a qualidade e a credibilidade do trabalho das ONGDs. A deliberação sobre a natureza precisa das ONGDs sediadas nos países integrantes da UE e os princípios que motivam seu trabalho começou com uma discussão entre o Comitê de Ligação e a Comissão Européia, que cresceu e transformou-se num debate que abrangeu toda a Europa, envolvendo membros de todas as plataformas nacionais do Comitê de Ligação e os membros da Voice<sup>2</sup>.

Durante este debate, tornou-se claro que um dos pontos fortes das ONGDs é sua diversidade. É esta diversidade que torna possível que as ONGDs representem as múltiplas e diferentes vozes presentes na sociedade. No entanto, esta diversidade pode ser desconhecida ou ignorada por representantes de órgãos oficiais de governo que não tenham tido uma introdução formal às ONGDs. Esta Carta oferece uma introdução às ONGDs presentes na União Européia.

### Uso da Carta

Esta Carta é uma descrição do que as ONGDs integrantes do Comitê de Ligação ONGD-UE aspiram e da direção do seu trabalho. É uma maneira pela qual os valores, posturas e estruturas de ONGs de desenvolvimento com sede na UE podem ser definidos. Portanto, apesar de nem todas as ONGDs terem todas estas características ou atingirem estes altos padrões durante todo o tempo, a Carta pode ser usada como um guia para se saber como o termo "ONGD" é geralmente entendido pelas próprias ONGDs.

<sup>1</sup> Liaison Committee of Development NGOs to the European Union  
Square Ambiorix 10, 1000 Bruxelas  
Tel: (32 2) 743 87 60; fax: (32 2) 732 19 34 ou 735 09 51  
e-mail: sec@clong.be  
<http://www.oneworld.org/liason>

<sup>2</sup> VOICE – Voluntary Organizations in Cooperation In Emergencies  
[Organizações Voluntárias em Cooperação em Emergências]  
numa associação de 65 ONGs de Assistência Humanitária no  
NGDO-EU Liaison Committee  
Tel: (322) 743 87 75; fax: (322) 732 19 34  
e-mail: voice@clong.be  
<http://www.oneworld.org/voice>

A Carta também pode ser usada como um guia para as agências de governos que querem entender melhor a natureza das ONGDs, e seu valor agregado no trabalho para o desenvolvimento. Ainda que a Carta esteja orientada para,

principalmente, identificar um significado no trabalho social das ONGDs, também pode servir como um conjunto de princípios que as ONGDs buscariam aplicar internamente ao administrar suas próprias organizações.

## Elaboração da Carta das ONGDs-UE

### A. As ONGDs crêm nos seguintes valores:

#### *A1. Justiça social, igualdade e respeito pelos direitos humanos*

As ONGDs crêm que todos os homens e mulheres têm o direito a um padrão básico de vida. Elas acreditam que isto deva ser baseado na distribuição igualitária dos recursos da Terra, na erradicação da pobreza, na justiça social e na distribuição igualitária da riqueza. As ONGDs crêm que a todas as pessoas deve ser dado o poder para determinar seus próprios valores e prioridades e se organizarem para agir de acordo com estes.

#### *A2. A participação das populações para as quais elas estão trabalhando*

As ONGDs crêm na importância de agir em solidariedade com os objetivos das comunidades para as quais trabalham, segundo as prioridades que as últimas identifiquem para elas próprias. Elas acreditam que isto deve ser feito através da participação popular no processo de desenvolvimento. Elas acreditam que homens e mulheres da comunidade-alvo devem, o máximo possível, ser responsáveis pela concepção, projeto, implementação e avaliação de projetos e programas e estar envolvidos na formação de polí-

ticas no Norte. Elas acreditam no diálogo constante com parceiros locais e na participação local na tomada de decisões sobre gastos e políticas.

#### *A3. O envolvimento da sociedade civil na cooperação para o desenvolvimento*

As ONGDs crêm que o público tem tanto o dever quanto o direito de estar envolvido na cooperação pelo desenvolvimento e na obtenção de justiça social. Por esta razão elas convidam e encorajam o apoio público direto ou indireto ao seu trabalho. Elas acreditam que este apoio deve ser baseado no entendimento pelo público das motivações e objetivos da ONGD. Para este fim elas estão envolvidas no diálogo com quem as apóia.

#### *A4. Servir aos seus parceiros do Sul*

Seu objetivo não é servir seus próprios interesses mas os de seus parceiros.

As ONGDs crêm em pôr as necessidades de seus parceiros do Sul em primeiro lugar. Elas não vêem seu trabalho como uma maneira de difundir doutrinas que não contribuem para o processo de desenvolvimento.

### B. As ONGDs acreditam na seguinte postura em relação à cooperação para o desenvolvimento e a assistência humanitária:

#### *B1. Ter uma postura profissional em relação ao seu trabalho.*

As ONGDs acreditam ter a capacidade de implementar o que está escrito na declaração de sua missão. As ONGDs acreditam na definição de uma estratégia geral baseada em métodos comprovados que incluem a monitoração, a avaliação e acompanhamento na implementação de suas operações.

#### *B2. Construir a capacidade de parceiros no Sul.*

As ONGDs crêm na melhoria das capacidades no Sul

através do aprimoramento de estruturas, conhecimento e treinamento locais já existentes. Onde estruturas locais ainda não existem, as ONGDs tentam encorajar a sua criação. As ONGDs crêm na criação de uma situação que permita que as pessoas melhorem suas próprias condições. Isto pode ser feito através do reconhecimento de suas próprias identidades e recursos, e da transferência das habilidades sociais, técnicas e de gerenciamento necessárias. Isto envolve garantir a disponibilidade de recursos financeiros e tecnológicos adequados. Além disso, elas acreditam que isto deve ser auxiliado por um processo de aprendizado de "duas mãos" entre parceiros do Sul e do Norte.

***B3. Estimular o empoderamento de grupos vulneráveis.***

As ONGDs crêem em prestar atenção particular e apoiar os grupos mais vulneráveis dentro das comunidades com as quais trabalham e, em particular, as necessidades de crianças, minorias e outros grupos ameaçados. As ONGDs devem trabalhar para assegurar o envolvimento completo e igualitário das pessoas nos eventos e decisões que afetam suas vidas. Elas devem ajudar homens e mulheres a criarem as condições para aumentar suas próprias capacidades.

***B4. Trabalhar para reduzir desigualdades de gênero.***

As ONGDs crêem na importância de identificar as desigualdades entre os gêneros, reconhecer o obstáculo que elas apresentam para o desenvolvimento e trabalhar para reduzi-las. Para fazer isto elas precisam estar conscientes das posições socialmente determinadas dos homens e mulheres na sociedade e das forças políticas, sociais e econômicas que as formam. As ONGDs devem ter o objetivo de criar condições para que as mulheres sejam capazes de participar completamente e como membros iguais de suas comunidades. A participação de mulheres em atividades de tomada de decisões deve ser promovida ativamente. Elas devem garantir que as mulheres participem inteiramente de todos os programas de desenvolvimento para que estes possam beneficiar igualmente homens e mulheres.

***B5. Usar métodos apropriados de levantamento de fundos.***

Em suas atividades de levantamento de fundos, as ONGDs da UE têm como objetivo retratar as realidades e complexidades das situações nas quais estão envolvidas, já que métodos inapropriados e imagens simplistas podem minar o impacto positivo de seu trabalho. As ONGDs devem controlar todas as atividades de levantamento de fundos realizadas em seu nome.

## **C. Estrutura**

Em toda a União Européia, apesar das diferenças entre tradições nacionais, há semelhanças suficientes para que nós possamos usar o termo “ONGD-UE” para descrever uma estrutura comum.

***B6. Assegurar que suas ações sejam sustentáveis.***

As ONGDs fornecem apoio que pode ser sustentado durante o período necessário, e que construa estruturas e práticas que são localmente sustentáveis a longo prazo. Elas também têm como objetivo assegurar que a melhoria das condições sociais, políticas e econômicas esteja em harmonia e não prejudicará oportunidades para outros na comunidade, ou para gerações futuras. Em situações de assistência emergencial de curto prazo, as ONGDs tentam assegurar que suas ações não impeçam instituições locais ou outros atores de assumir seu posto quando a situação de crise tiver terminado.

***B7. Engajar-se na educação para o desenvolvimento, na conscientização e em sua defesa no Norte.***

As ONGDs crêem em manter o público da UE informado através da educação para o desenvolvimento, e atividades de conscientização da realidade da pobreza e das estruturas que a perpetuam. Elas devem usar sua experiência no Sul para fazer *lobby* junto às instituições, no Norte e no Sul, e em particular em todos os fóruns internacionais onde seus governos têm voz e que podem influenciar as condições nas quais vivem as populações mais desvantajadas. A educação para o desenvolvimento é baseada nas experiências no Sul.

***B8. Usar sua capacidade de comunicação para ligar diferentes setores da sociedade.***

As ONGDs crêem em estabelecer parcerias com diferentes segmentos da sociedade e outros tipos de organizações que podem influenciar as condições no Sul. Isto é feito em reconhecimento ao fato de que as ONGDs são apenas um dos muitos atores envolvidos na cooperação para o desenvolvimento e na assistência humanitária. Ligar o trabalho realizado pelos vários atores preocupados com a cooperação para o desenvolvimento e a assistência humanitária pode levar a um desenvolvimento mais coerente e sustentável.

**As ONGDs-UE:**

***C1. Estão enraizadas na sociedade civil da UE.***

As ONGDs acreditam em ter apoio público, direto ou indireto, comprovado no setor da sociedade civil no qual

estão baseadas. Elas crêem na participação real de quem as apóia no trabalho das ONGDs. A participação dos que as apóiam é baseada num entendimento das motivações e objetivos da ONGD. Elas acreditam que isso deve ser atingido no diálogo constante com quem as apóia.

### ***C2. São sem fins lucrativos.***

Uma ONGD da União Européia é uma organização sem fins lucrativos e não tem como objetivo beneficiar-se de lucros que resultam de suas atividades. Qualquer renda que seja criada através de programas de geração de renda deve beneficiar a população-alvo dos programas, ou ser diretamente reinvestida no trabalho humanitário, educativo ou para o desenvolvimento da organização.

### ***C3. São entidades juridicamente constituídas.***

Cada ONGD é legalmente reconhecida como uma organização segundo as leis apropriadas de um dos 15 Estados-Membros da UE.

### ***C4. Estão sediadas na União Européia.***

As ONGDs da UE são legalmente sediadas em pelo menos um dos Estados-Membros da UE. Além disso, a parte principal dos fundos da organização vem de dentro da UE e o controle de gastos e as decisões políticas permanecem ali. No entanto, as ONGDs acreditam que pode ser possível delegar decisões sobre gastos e política a parceiros do Sul quando for apropriado.

### ***C5. São grupos de pessoas.***

Uma ONGD é formada por um grupo de pessoas e não apenas por um indivíduo.

### ***C6. São autônomas e têm seus próprios objetivos de desenvolvimento.***

As ONGDs são livres de controle estatal e gerenciamento por instituições governamentais e multilaterais, ou por

outros órgãos externos com objetivos diferentes ou contrários à filosofia da ONGD. Isto não impede que uma ONGD seja financiada por organizações governamentais, ou outras, ou que trabalhe em cooperação com elas, mas exige que a ONGD seja livre para tentar atingir seus próprios objetivos de desenvolvimento sem influências impróprias de qualquer órgão externo.

### ***C7. Têm um conselho representativo dos associados da ONGD e independente em suas ações.***

ONGDs são governadas por conselhos que representam seus sócios e membros ou pessoas que as apóiam. Elas acreditam ter um sistema de nomeação e eleição de membros do conselho aberto e transparente, construído para assegurar a representação de uma ampla parte dos associados da ONGD. Os membros do conselho são independentes de qualquer organização que não reflita a base da ONGD. As ONGDs procuram evitar qualquer possível conflito de interesses entre o trabalho do membro do conselho e quaisquer outras atividades do membro. Elas acreditam que membros do conselho devam ser apartidários e não receber nenhum ganho, financeiro ou outro, por fazerem parte do conselho.

### ***C8. Procuram diversificar suas fontes de financiamento.***

As ONGDs diversificam suas fontes de financiamento, sempre que possível, para manter independência financeira de um único doador.

### ***C9. São transparentes e têm suas finanças abertas ao escrutínio público.***

As ONGDs são abertas ao escrutínio público e a debates sobre suas políticas e práticas administrativas. Elas acreditam na transparência da administração para com seus doadores, sua base de apoio e seu grupo-alvo.

## **A variedade de posturas das ONGDs**

Uma das dificuldades para a compreensão da postura das ONGDs é simplesmente sua variedade. O movimento das ONGDs é um movimento altamente heterogêneo, nascido de uma variedade de culturas e tradições distintas, em diferentes circunstâncias em toda a União Européia.

As ONGDs podem ser classificadas de muitas maneiras, por exemplo de acordo com suas atividades (se elas são

ONGDs de *financiamento, operacionais ou de lobby e pressão*); por sua abrangência geográfica (*local, nacional ou internacional*); por sua constituição (*organização aberta à filiação, organização não aberta à filiação*); se são *organizações seculares ou religiosas* etc. Claramente, algumas destas categorias se sobrepõem. Algumas ONGDs maiores podem cobrir várias destas características, enquanto outras podem especializar-se em um campo.

Outros fatores, como o *tamanho e fundação*, terão consequências para o funcionamento das ONGDs. O tamanho das ONGDs varia enormemente pela Europa e até mesmo dentro de países individuais. Isto influenciará a habilidade da ONGD para engajar-se em diferentes campos de atividade ao mesmo tempo. Além disso, muitas ONGDs foram fundadas por *organizações da Igreja ou partidos políticos*. Tal fundação ideológica serve como inspiração para o trabalho da ONGD e representa um enraizamento mais profundo na sociedade.

As tradições das ONGDs variam de país para país. Algumas foram formadas para *manter uma clara separação de poderes entre o governo e grupos de interesse*, en-

*quanto outras surgiram para preencher uma lacuna identificada em programas governamentais*. Outra tradição é a das *ONGDs como interlocutoras entre seus membros e o governo*. Isto, naturalmente, tem consequências para a identidade da ONGD.

Ao compilar a Carta das ONGDs, estes são os fatores que foram levados em consideração. Mesmo sendo a diversidade uma das principais riquezas do movimento das ONGDs que precisam ser preservadas, isto não significa que o setor das ONGDs não tenha características comuns. Há traços comuns compartilhados por todas as ONGDs humanitárias e para o desenvolvimento, assim como padrões identificáveis nos quais todas acreditam, que esperamos terem sido claramente apresentados nesta Carta.

## Ligando princípios e prática

### Mais informações sobre princípios e práticas das ONGDs:

Para um entendimento mais detalhado de uma organização particular e uma indicação de como a referida organização lida com os pontos apresentados na Carta, os documentos listados abaixo podem ser utilizados como referência. Estes documentos devem, na maioria dos casos, *fornecer as informações necessárias para aprofundar o entendimento de uma característica particular de uma ONGD*.

A documentação está organizada de acordo com a provável facilidade de acesso para pessoas externas à organização.

A documentação deve, quando possível, ser suplementada com o contato pessoal com uma ONGD, e alguns dos documentos podem ser mais acessíveis depois do contato com a organização.

#### Exemplo:

*Mais informações sobre os métodos de levantamento de fundos de ONGDs (princípio B5) podem ser encontradas ao se requisitar o relatório financeiro da organização.*

*Na tabela ao lado, depois de cada documento, listamos os princípios da Carta sobre os quais é provável que tenham mais informações.*

## Documentos

## Princípios da Carta aos quais se referem

<p><b>1. Documentos públicos</b></p>	
Relatório de atividades	A2. A3. A4. B1. B2. B3. B4. B7.B8. C1. C3. C4. C6. C8. C9.
Declarações de política pública/ documentos e objetivos	A4. B2. B3. B4. C9.
Declaração de Missão <sup>3</sup> /ou equivalente	A1.
Códigos de conduta sobre levantamento de fundos <sup>4</sup>	B5.
Materiais de levantamento de fundos	B5. C9.
Publicações sobre educação para o desenvolvimento, novidades sobre atividades de conscientização	A3. B4. B7. C1.
Documentação sobre campanhas de <i>lobby</i>	B4. B7.
Documentação sobre diálogos/debates sobre políticas	B4. B8.
<p><b>2. Documentos estatutários</b></p>	
Estatutos	A1. C2.
Relatórios financeiros	A3. B5. C2. C4. C6. C8. C9.
Documentos oficiais de registro	C3. C4.
<p><b>3. Documentos de distribuição pública limitada</b></p>	
Relatórios de avaliação qualitativa	A2. B1. B3. B4. B6.
Atas de reuniões de conselho	C6. C7.
Procedimentos e manuais de levantamento de fundos	B5. C8. C9.
Relatórios de projetos/programas	B2.
<p><b>4. Documentos de trabalho interno</b></p>	
Planos de programas e projetos	B1. B2. B4. B6.
Balanços	A3. B1. C1. C2. C8. C9.
Orçamentos de projetos e programas	B6.
Organograma da ONG – funcionários e voluntários	A3. C1. C5.
Organograma do conselho	C4. C5. C7.
Regras e regulamentos internos	C7.

3 Uma Declaração de Missão é uma declaração dos valores e objetivos de uma organização e de como ela pretende atingir estes fins.

4 Como o Código de Conduta sobre Imagens e Mensagens Relacionadas ao Terceiro Mundo do CL.

# As ONGs e as Relações Internacionais: emergência e limites da Governabilidade Global

THAIS CORRAL\*

O termo Organização Não-Governamental, ONG, faz hoje parte do jargão popular. A grande maioria das pessoas no Brasil já ouviram falar do trabalho de algumas dessas instituições. Poucos sabem, no entanto, que a expressão ONG aparece pela primeira vez no Estatuto de criação da ONU em 1945. Recomendava-se no texto, a consulta a essas instituições que teriam supostamente competência técnica em temas específicos, de cunho universal.

A origem do termo coincide com a trajetória que foi se delineando nos últimos 50 anos, onde cada vez mais as ONGs foram assumindo uma vocação internacional, alcançando no final do século XX o *status* de atores importantes na construção de um governo global, capaz de responder aos grandes desafios que se impõem à humanidade, numa escala jamais vivida anteriormente.

Quem são essas ONGs? Como operam? A quem representam? Como é o seu sistema interno de poder? Qual a sua missão? De que maneira têm contribuído e influenciado de fato a construção de um governo global, democrático, inspirado por valores civis universais?

Ângulos e percepções diferenciadas podem ser explorados, dependendo do interlocutor. Uma possibilidade é a de trabalhar a percepção que as próprias ONGs desenvolveram de si mesmas em seu processo crescente de internacionalização, mais precisamente no contexto da série de Conferências da ONU que ocorreu na década de 90.

O público de ONGs a que me refiro está restrito às Organizações da Sociedade Civil - OSCs - com fins públicos, para dirimir qualquer confusão com outro tipo de organização que não se enquadre no âmbito do Tercei-

ro Setor. A propósito, essa tem sido uma preocupação frequente manifestada pelas OSCs que transitam na arena inter e transgovernamental. Muitas organizações orientadas por interesses privados se utilizam da categoria não-governamental para legitimarse e influenciar processos de regulamentação no nível global. O sistema ONU estabeleceu as categorias PINGOs (Organizações Não Governamentais de Interesse Público) ou BINGOs (Organizações Não Governamentais de Interesse Comercial).

Podem ser delineados dois modelos de engajamento das OSCs nas Conferências Internacionais da ONU: o tradicional, que se traduz numa forma estruturada de "lobby", e o novo modelo que reflete inovação na forma de atuação da sociedade civil na construção de uma democracia global.

No modelo tradicional do *lobby*, as OSCs vão estender ao nível internaci-

\* Thais Corral é jornalista, coordenadora geral da Rede de Desenvolvimento Humano, vice-presidente da WEDO, membro da coordenação executiva da Comissão Pró-Agenda 21 do Rio de Janeiro.

A autora agradece os comentários críticos de Eduardo Viola a uma versão preliminar deste artigo.

onal, sua atuação consolidada no nível doméstico, de influenciar, alterar e reorientar a formulação de políticas. Nesse contexto, as conferências da ONU são vistas como eventos em que os governos articulam seus objetivos políticos, portanto, um espaço privilegiado para influenciar a política doméstica. Grande parte das OSCs que participam das Conferências Internacionais tem esse objetivo. Capitalizam a oportunidade para estreitar relações com importantes oficiais de governo, registram compromissos assumidos pelo país que poderão ser posteriormente monitorados e cobrados no nível doméstico.

Esse modelo se torna relevante e significativo na medida em que o número de países com governos democráticos aumenta, juntamente com o acesso à informação.

No caso dos países que continuam sob regimes ditatoriais, as conferências da ONU também são vistas pelas OSCs como uma oportunidade para fazer campanha, de forma segura, contra as práticas não-democráticas de seus governos, legitimar e buscar solidariedade para ações que viabilizem a democracia local.

Uma forma de participação alternativa à do *lobby* vem sendo desenvolvida dentro do marco do conceito de

governabilidade civil global, estimulada por vários fatores: colapso dos regimes comunistas e fim da Guerra Fria, fim de regimes ditatoriais na América Latina e na Ásia, crise do Estado de bem-estar social e modelo dos Estados desenvolvimentistas do Sul.

Neste segundo modelo se parte da premissa de que os Estados-Nação fracassaram na tentativa de representar os cidadãos e dar respostas a uma série de questões globais que vão da proteção ambiental, aos direitos humanos, à dimensão mais ampla das questões de gênero, à problemática dos assentamentos urbanos, aos vários problemas decorrentes da pobreza, ao desemprego, ao crescimento do crime internacional organizado, principalmente o tráfico de drogas. A consciência crescente da necessidade de governabilidade global foi avançando na medida em que incrementaram-se os canais de acesso à informação globalizada, internacionalizaram-se os investimentos de capital e os mercados, e o volume de pessoas que migram de um país para o outro aumenta o contato entre os povos do mundo.

A comunidade internacional de OSCs percebe a si mesma e é percebida por muitos governos como parte do embrião da estrutura institucional que vai

definir uma nova forma de governabilidade global, um modelo em que a ação dos cidadãos ocorre no nível global. De fato, isso já vem acontecendo na medida em que as OSCs conseguiram, no decorrer desta década, emplacar novas temáticas e formas de abordagem na Agenda Internacional. Foi a comunidade científica internacional que forçou os governos a considerar a mudança climática como uma prioridade política, da mesma forma, o movimento ambientalista transformou a Conferência do Rio, em 1992, em um esforço global para o meio ambiente e o desenvolvimento. Foi também a comunidade de militantes contra agrotóxicos que forçou a aprovação de uma resolução na Assembleia Geral da ONU sobre a necessidade da liberação de um Código sobre o Uso de Agrotóxicos.

A chave do sucesso dessas campanhas foi levá-las diretamente ao nível global. Não resultaram da soma de processos de *lobby* no nível dos governos, individualmente. Este novo papel da sociedade civil na construção de uma nova instância de governabilidade global tem estimulado a criação de novas redes tais como a Comissão sobre Governabilidade Global e o Civicus, Aliança Mundial para a Participação de Cidadãos.

## Características das ONGs que participaram do Processo das Conferências da ONU

O movimento internacional das OSCs se caracteriza por uma grande diversidade institucional. Detém poucos recursos e é politicamente difuso. Congregam desde organizações locais com missões e áreas de atuação muito definidas e específicas até organi-

zações internacionais que congregam milhares de afiliados inspiradas por princípios e missões muito amplos. Há casos de ONGs que alegam representar os interesses da "natureza" ou de amplas categorias marginalizadas tais como "mulheres pobres", "opri-

midos", "população rural", "povos da terra", "pessoas desempregadas", entre outros.

Essa ampla gama de representação ao mesmo tempo que concede legitimidade, demonstra debilidade política na medida em que, ao contrário de ou-

tros atores que atuam na arena intergovernamental internacional, as OSCs não se comportam como um único ator, mas como um conjunto de atores, acarretando dificuldades no processo decisório.

Essa limitação obriga as OSCs a alocar muito tempo para estabelecer mecanismos que facilitem seu processo interno de articulação num evento internacional, mesmo que isso seja feito em prejuízo de sua capacidade de influenciar o processo formal.

Essa questão é tão crucial no processo de desenvolvimento das ONGs enquanto atores da governabilidade global que o INGOF - Fórum Internacional das ONGs, reuniu em 1995, 77 OSCs com o objetivo de discutir áreas críticas para a solução desse problema.

O próprio Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), encarregado no âmbito da reforma da ONU de revisar critérios e procedimentos que regulam a participação das ONGs, se depara com essas dificuldades. Como classificar os vários tipos de OSCs? Como diferenciar os espaços de participação mais adequados para os vários tipos de OSCs? Como avaliar a reivindicação de direito de acesso aos diferentes espaços reivindicados pelas OSCs?

A *Survey* Internacional de ONGs Benchmark 1995, a primeira realizada sobre a percepção das OSCs relativamente à sua participação no processo político internacional, propicia algumas pistas a essas perguntas.

A pesquisa foi encomendada pelo Ministério das Relações Exteriores da Noruega como parte de seu interesse na participação da sociedade civil no processo de construção da governabilidade global. Vale lembrar que a Noruega é um dos países de maior experiência acumulada de participa-

ção de OSCs em instâncias decisórias no nível governamental. Não por mera coincidência, a Comissão autora do relatório "Nosso Futuro Comum" que propôs a realização de Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com ampla participação dos atores sociais, foi presidida pela então Primeira Ministra da Noruega, Gro-Bruntland.

Dos mais de 500 questionários cadastrados, provenientes de 91 países, obtidos pela *Survey Benchmark*, 25% fo-

---

*"A motivação para participação nas conferências por parte da grande maioria das OSCs continua sendo fortalecer as redes entre as organizações da sociedade civil"*

---

ram respondidos por ONGs que participaram pela primeira vez de uma Conferência Internacional na década de 1990. Em termos de tamanho, 26% dessas organizações contam com mais de 10 mil membros e 25% se encontram na faixa de organizações pequenas com menos de 100 membros.

Vale lembrar que todas as conferências realizadas na década de 90 contaram com significativos eventos paralelos, para muitas OSCs o principal foco de interesse. Nesses espaços é possível articular redes, elaborar documentos ou manifestos, influenciar a mídia. Como mostrou a *Survey Benchmark*, 98% das OSCs que participaram das conferências apontaram

como maior impacto de sua participação, a articulação com outras organizações. Apesar disso, muitos governos passaram a incluir as OSCs como membros de suas delegações. Essa prática, mais comum entre os países desenvolvidos, passou a ser utilizada cada vez mais entre países em desenvolvimento democrático. Essa possibilidade foi apontada pelas OSCs como a mais eficiente para influenciar os resultados das conferências.

A motivação para participação nas conferências por parte da grande maioria das OSCs continua sendo fortalecer as redes entre as organizações da sociedade civil. 52% das OSCs que responderam à *Survey Benchmark* priorizaram esse objetivo. 46% alegam participar das conferências, sobretudo para aprender mais sobre o tema em debate. 40% priorizam o contato e possível influência aos próprios governos, e somente 36% identificam como principal prioridade influenciar o conteúdo dos documentos.

Prioridades e perfis diferentes das OSCs que participam das conferências intergovernamentais mostram que os procedimentos de participação devem ser diferenciados segundo os objetivos. Poder-se-ia apostar na seguinte classificação:

- ◆ OSCs que desejam observar o processo político internacional. As regras precisam permitir o acesso à assistência e testemunho das reuniões onde se dão esses processos.
- ◆ OSCs que querem fazer *lobby* junto aos seus próprios governos. Devem ter acesso a espaços expressamente organizados para que esses encontros aconteçam.
- ◆ OSCs que pretendem usar as conferências internacionais para

articulação com outras ONGs. Nesse caso o acesso aos eventos oficiais é desnecessário.

- ◆ OSCs que querem definir e

implementar uma agenda global com vistas a influir ativamente nas deliberações internacionais. Para estas, um conjunto de regras

e procedimentos deve ser desenvolvido. Estas últimas são o principal foco de análise do debate sobre governabilidade global.

## Acesso a outros espaços intergovernamentais de Governabilidade Global

Esse avanço nos espaços e formatos de participação da sociedade civil no sistema ONU é percebido por muitas OSCs com certa desconfiança, uma vez que essa abertura ocorre justamente num momento de crise da instituição, que atravessa por problemas econômicos e de credibilidade junto a seus membros. Além disso, na medida em que cresce o poder das corporações transnacionais, os aspectos econômico e financeiro da globalização predominam sobre o poder político dos Estados. Fóruns tais como Organização Mundial para o Comércio - OMC, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e as instituições Bretton Woods - Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento passam a ser mais importantes do ponto de vista da construção de um suposto mecanismo mais efetivo de governabilidade global.

O acesso a essas diversas instituições é diferenciado, mesmo porque operam diversamente. No caso do Banco Mundial e do BID se registra aumento dos espaços de diálogo com as OSCs que são convidadas a participar da avaliação e monitoramento de projetos, sugerir e discutir prioridade de investimentos. Com a finalidade de tornar esse diálogo mais proveitoso e eficiente, as OSCs têm organizado articulações específicas. No Brasil, por exemplo, foi criada a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, cuja função é articular ações

e informação entre OSCs sobre as políticas e projetos do Banco Mundial. O movimento de mulheres também criou, no nível internacional, uma articulação que tem como finalidade monitorar se as ações do Banco estão respeitando as recomendações das Plataformas de Ação dos documentos das Conferências da ONU do ponto de vista de gênero - O Olhar das Mulheres sobre o Banco Mundial - produz relatórios que são enviados a uma lista de organizações via correio eletrônico, além de manter reuniões em fóruns internacionais.

A criação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente como mecanismo financeiro de projetos em áreas estratégicas tais como mudança climática e ozônio, águas internacionais e perda da biodiversidade é reflexo da crescente importância que se atribui ao papel do setor não-governamental no desenvolvimento de alternativas para solução de problemas complexos da contemporaneidade. O FMMA é administrado pelo Banco Mundial, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A área ambiental talvez seja aquela em que mais se tem avançado em termos de criação de mecanismos de participação das OSCs. Na OCDE, que congrega além do grupo dos sete países mais poderosos economicamente, outras 20 nações com significativo

desenvolvimento econômico, registra-se abertura crescente para participação de OSCs sobre temáticas ambientais. Em 1996, os Ministros dos países-membros recomendaram a criação de um Comitê permanente de Aconselhamento sobre Assuntos Ambientais formado por organizações não-governamentais. Essa iniciativa representa um avanço do ponto de vista político dessa organização que, historicamente, sempre priorizou aspectos relacionados com as finanças, o comércio internacional e o desenvolvimento econômico.

Apesar desses avanços, a participação das OSCs na organização com mais impacto sobre os aspectos financeiros e econômicos que estruturam a globalização continua sendo restrita. Da mesma forma que nos outros sistemas, os membros da OMC são os governos nacionais, cada membro tem direito a um voto. No entanto, os países que detêm um volume maior de negócios têm mais poder.

As OSCs percebem a OMC como um espaço muito estratégico para que se estabeleçam novas regras de governabilidade global. Questionam, por exemplo, o fato de que o novo Acordo Multilateral sobre Investimentos, cuja proposta é facilitar os investimentos por parte das corporações, seja delineado sem ampla participação no debate dos governos e da sociedade civil.

Diante dos crescentes protestos *vis-à-*

vis a falta de transparência, a OMC redigiu um documento listando princípios que devem orientar a participação da sociedade civil. Aconselha a criação de mecanismos que possibilitem a influência no nível nacional, considerando que a questão do comércio internacional é muito complexa e sensível.

Certamente a recomendação da OMC

não vem sendo seguida pelas OSCs que trabalham na área de comércio e desenvolvimento. Como resposta a essa recomendação, criaram em Genebra - sede da OMC - o Centro Internacional para o Comércio e o Meio Ambiente, que tem como propósito aumentar a transparência das negociações sobre comércio internacional, promovendo a informação.

A criação desse Centro representa um dos muitos espaços que organizações da sociedade civil organizada estão articulando visando facilitar a construção da governabilidade global. Explorar esses exemplos, suas práticas inovadoras, pode ser muito útil nessa tentativa de apontar pistas para esse novo paradigma político que se apresenta para nós como um desafio.

## Gênero na Política Global - O Movimento das Mulheres nas Conferências da ONU

Cada uma das Conferências teve sua própria dinâmica e em cada uma delas o movimento de mulheres lançou mão de diferentes metodologias e iniciativas para inserção de sua mensagem de gênero na agenda da conferência. O fato de Ter uma agenda comum de peso, ajudou muito a que o movimento de mulheres fosse bem sucedido nesse processo.

Ajudou também o fato de se empenhar em mecanismos para monitorar os resultados e assegurar o cumprimento das metas e recomendações contidas nos documentos que resultaram das conferências.

A seguir analiso brevemente métodos utilizados, resultados alcançados e alguns mecanismos de acompanhamento e monitoramento.

*"Não há Desenvolvimento Sustentável possível sem a Participação das Mulheres" - Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992*

Foi por iniciativa da feminista norte-americana, Bella Abzug, falecida este ano, que o Comitê Internacional de Ação Política - CIAP, se reuniu pela primeira vez em outubro de 1990. Teve como proposta juntar ativistas,

políticas, acadêmicas do mundo inteiro para pensar ações estratégicas que colocassem as mulheres e suas considerações de gênero como questão central do desenvolvimento sustentável.

O CIAP, com suas 40 lideranças, lançou uma ação internacional de mobilização das mulheres em torno do espírito da CNUMAD, marcada para acontecer no Rio de Janeiro, dois anos depois. Esse processo representou um marco no movimento internacional de mulheres, por ser a primeira vez que se lançava, numa ação política internacional de relevância, questões que superavam o marco das "temáticas femininas". Muito embora as mulheres tenham sido sempre muito ativas nas lutas pela paz, contra as guerras, e pela qualidade de vida, nunca haviam tido oportunidade de fazer disso plataformas políticas numa arena internacional, com tanta visibilidade.

A visão para ingressar no cenário político internacional foi a de convocar um congresso internacional para elaborar uma plataforma comum destinada a guiar a atuação das mulheres no contexto da CNUMAD. O Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável reuniu 1500 mulheres de 83 países em Miami, em no-

vembro 1991, e teve como resultado a Agenda 21 de Ação das Mulheres, onde em 14 pontos as mulheres apresentavam sua visão de desenvolvimento sustentável e propunham ações em torno de 14 áreas relevantes.

A eficiente estratégia de organização das mulheres no âmbito da Conferência abriu espaços e suscitou respeito tanto no plano governamental, quanto não governamental, onde a comunidade ambientalista, marcada por visão e comportamentos bastante patriarcais, passou a ver o movimento de mulheres como um possível aliado, no delineamento e proposta de certas políticas no plano global.

A Agenda 21, que resultou da CNUMAD, cobre em seus 40 capítulos, desenvolvidos em 500 páginas, um amplo leque de temáticas relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. A visão de gênero está presente em quase todos eles, com 180 referências, além do capítulo 24, inteiramente dedicado à participação da mulher no desenvolvimento sustentável.

A introdução da questão de gênero no conjunto dos documentos que resultaram da CNUMAD - Agenda 21, Declaração do Rio, Declaração de

Princípios sobre Florestas, Convenções sobre Mudança Climática e Biodiversidade - foi fruto da habilidade política das lideranças femininas que participaram do processo, mas também de metodologias de organização política, que acabaram diferenciando a participação das mulheres em todas as outras conferências: o Caucus das Mulheres.

O Caucus das Mulheres é o espaço que propicia a articulação de todas as representantes de organizações credenciadas no processo de uma Conferência. Essas representantes podem ser também membros de delegações governamentais. O objetivo comum entre as participantes de um Caucus é o do compromisso com a definição e participação numa estratégia de fortalecimento de uma agenda de gênero no contexto do evento em questão.

Esse trabalho pode ter vários desdobramentos que vão desde uma revisão da linguagem utilizada em diferentes versões de um documento, até

elaboração de *statements* a serem lidas em plenários, convite a autoridades ocupando posições-chave no processo para um diálogo com as participantes do Caucus. Organização de manifestações públicas, entre outros.

Além dos resultados positivos que as mulheres lograram no plano intergovernamental, como refletem os documentos oficiais da CNUMAD, sua atuação e visibilidade no plano da sociedade civil e da mídia foi de igual importância. O movimento internacional de mulheres organizou no Fórum Global - que reuniu 17 mil ONGs - o Planeta Femea. Uma grande tenda - a maior do aterro do Flamengo - pela qual circulavam milhares de pessoas diariamente, incluindo chefes de Estado e lideranças de grandes organizações ambientalistas internacionais.

A programação do Planeta Femea reuniu em torno dos tópicos da Agenda 21 de Ação das Mulheres as grandes redes internacionais de mulheres,

mostrando o resultado de décadas de ativismo e compromisso com causas de grande relevância para a humanidade.

A temática tratada no Planeta Femea de maior polêmica foi a questão populacional relacionada ao tema do desenvolvimento sustentável. Enquanto muitas organizações ambientalistas abordavam a temática dentro da visão mais tradicional da necessidade de políticas efetivas de controle populacional, as mulheres chamaram atenção para abusos provocados por essas políticas no passado, chamando a atenção para a necessidade de uma abordagem do planejamento familiar que respeite o direito de escolha do número de filhos e a saúde integral da mulher.

No contexto da CNUMAD esse também foi um debate difícil, adiado para outro momento, que se deu na IV Conferência sobre População e Desenvolvimento, dois anos depois no Cairo (Egito).

## O Pós - CNUMAD - Avaliação e Mecanismos de Acompanhamento

A CIAP, que teve papel determinante na inclusão e divulgação da agenda de gênero no processo CNUMAD, se transformou numa organização internacional. A WEDO - Organização das Mulheres para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, vai desempenhar papel determinante na ampliação da dimensão gênero no conjunto das conferências da ONU da década de 90, como veremos a seguir.

Com a finalidade de monitorar a implementação dos acordos da CNUMAD, a Assembléia Geral da ONU estabeleceu a Comissão de Desenvolvimento Sustentável - CDS, que se reúne anualmente. A CDS facilitou,

desde sua instalação, em 1993, formas de participação de organizações da sociedade civil. Inovando também em formatos de discussão que possibilitam o diálogo dos governos com os "grupos relevantes" - stakeholders - sobre as temáticas de destaque de cada ano. As OSCs podem também conseguir com facilidade espaços para dirigir-se aos governos em plenária. Tem sido uma prática crescente por parte dos governos incluir representantes de OSCs nas delegações que participam da CDS.

Há também outras possibilidades de participação, cujo impacto vai depender da forma de organizar-se. Na reu-

nião da CDS deste ano, por exemplo, os temas principais foram Água e Indústria, e o tema transversal, gênero. A WEDO (Organização das Mulheres para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) foi convidada pelo secretariado da CDS a produzir um relatório contendo estudos de caso sobre experiências, práticas, visões e recomendações das mulheres relativamente a implementação da Agenda 21 Local, a questão da água e da indústria. O relatório contém 18 estudos de caso elaborados por mulheres ativistas de vários países.

No ano de 1997, com vistas à realização da Sessão Especial da Assembléia

Geral da ONU para avaliação dos avanços da Agenda do Desenvolvimento Sustentável, o Ministério do Meio Ambiente realizou uma consulta nacional cadastrando as iniciativas da sociedade civil e dos governos locais no âmbito do desenvolvimento sustentável. Vários são os projetos promovidos pelas mulheres.

A questão do gênero tem estado bastante inserida nos debates, fóruns e mecanismos de implementação da Agenda de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Muitos processos de Agenda 21 Local tem sido iniciados pela mobilização das mulheres, da mesma forma que os projetos de sustentabilidade de maior relevância reconhecem a necessidade de criar mecanismos que permitam a participação feminina em todas as fases, desde a concepção até a implementação.

*“Os Direitos das Mulheres são sobre Direitos Humanos” - II Conferência Internacional sobre Direitos Humanos - Viena 1993*

A principal conquista das mulheres na Conferência dos Direitos Humanos de 1993 foi a condenação a todas as formas de violência, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. A violência praticada contra as mulheres assume, na Declaração de Viena, o mesmo estatuto que outras violações dos direitos humanos: crimes políticos, terrorismo, genocídio, limpeza étnica.

Com isso se integrou à categoria dos

direitos humanos os assim chamados “direitos específicos”, tratados até então através de instrumentos separados, como é o caso da “Convenção contra a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres”, de 1979.

De fato as mulheres não fizeram em Viena uma grande articulação para influenciar os resultados da Declaração e do Plano de Ação de Viena, tiveram, no entanto, um grande impacto no nível da opinião pública, logrando introduzir a temática da violência doméstica e sexual na Agenda Global dos Direitos Humanos.

O Centro Global de Liderança das Mulheres organizou no Fórum Paralelo das ONGs, simultâneo à Conferência oficial, o Tribunal Internacional dos Crimes de Violência Sexual Cometidos contra as Mulheres, onde todos os casos apresentados foram devidamente preparados e documentados para causar um grande impacto, também de mídia. Os testemunhos comoveram a opinião pública internacional, já que televisões e jornais do mundo inteiro reproduziram os comoventes testemunhos sobre esses crimes invisíveis.

Esse evento mostra de que forma os eventos internacionais podem ser explorados para alcançar a opinião pública internacional. No caso específico dos crimes e abusos sexuais, acobertados muitas vezes por fundamentalismos culturais, possibilitar às mulheres tirar suas vozes e dor do

silêncio e da invisibilidade, representa um enorme avanço.

De fato as repercussões do Tribunal dos Crimes cometidos contra as Mulheres contribuíram para que não prevalecessem, nos debates da Conferência de Viena, considerações sobre o respeito ao relativismo cultural, defendido por alguns governos, que encoberta abusos e violações aos direitos humanos fundamentais.

No âmbito dos Direitos Humanos, uma outra articulação de mulheres conseguiu uma grande vitória. O Conselho das Mulheres Asiáticas para os Direitos Humanos organizou uma série de audiências públicas em toda a região da Ásia, identificando vários tipos de crimes que haviam sido cometidos contra as mulheres. No âmbito dos crimes cometidos durante a II Guerra Mundial emergiram os testemunhos das “Mulheres para Conforto”. Na maior parte dos casos jovens, por vezes meninas adolescentes coreanas ou filipinas que eram arrancadas de suas famílias, para atender às necessidades sexuais dos soldados japoneses.

Foram milhares de casos de mulheres que tiveram suas vidas para sempre arruinadas. O Conselho das Mulheres Asiáticas fez um grande alarde na imprensa mundial e conseguiu que o governo japonês reconhecesse essas mulheres oficialmente como vítimas de crimes de guerra, concedendo-lhe todas as indenizações estabelecidas por lei.

## O Pós-Conferência de Viena no Brasil

O Programa Nacional dos Direitos Humanos, lançado pelo governo brasileiro em maio de 1996, representa um avanço em termos do tratamento que se dá ao tema no país que ocupa a

terceira posição mundial na violação dos direitos humanos.

Sua elaboração foi feita a partir de uma ampla consulta feita às OSCs, que identificaram áreas de relevância

e recomendações de ação. No capítulo “Proteção do Direito a Tratamento Igualitário perante a Lei”, as mulheres estão entre os grupos que devem ser beneficiados através da im-

plementação de políticas específicas, a curto, médio e longo prazos.

Em 1996, duas organizações de mulheres - Themis e Geledés - foram agraciadas com o Prêmio Nacional dos Direitos Humanos.

*“Saúde e Direitos Reprodutivos são a base do Planejamento Familiar” - IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Cairo 1994.*

É consensual considerar a Conferência do Cairo como tendo sido a que mais marcou a participação do movimento de mulheres e sua influência na agenda política global. Duas forças contrapostas do *status quo* dominavam as negociações no início do processo: os controlistas que propõem soluções autoritárias para os problemas do crescimento populacional e os natalistas, reunindo o Vaticano e outras forças religiosas como os fundamentalistas islâmicos.

Nesse cenário, o movimento global das mulheres surgiu como um terceiro

ator, independente, diferenciado em estratégias de aliança, mas coeso na mensagem de que a integridade e direito de decisão da mulher sobre seu corpo tem de ser respeitada. Qualquer ação de planejamento familiar deve estar enquadrada numa política mais ampla de saúde reprodutiva. Esses princípios permeiam o Programa de Ação do Cairo.

Os capítulos I, V, VI, VII e VIII são os que apresentam as mudanças mais significativas. O capítulo I afirma de forma categórica que o “fortalecimento e a autonomia da mulher e a melhoria de sua situação política, social, econômica e de saúde é um importante fim em si mesmo”. O capítulo V trata da família e reconhece os diferentes tipos de família, inclusive o fenômeno crescente no mundo do aumento do número de famílias chefiadas por mulheres.

Os capítulos VI e VII foram os mais polêmicos, por tratarem de temas diretamente vinculados aos interesses das forças a que nos referimos aci-

ma. Finalmente venceu a visão das mulheres. No capítulo VI, que trata da estrutura e crescimento populacional, merece destaque a ausência de metas demográficas e de uma visão catastrófica do crescimento populacional. No capítulo VII, sobre saúde e direitos reprodutivos, se afirma que os direitos reprodutivos se baseiam no reconhecimento do direito básico de todos os casais e indivíduos decidirem livre e responsabilmente o número de filhos, o espaçamento dos nascimentos e de ter acesso aos meios para escolha.

No capítulo VIII, que trata sobre “Saúde, Morbidade e Mortalidade”, se encontra o famoso parágrafo 8.25 sobre o aborto. Apesar de afirmar que o aborto não deve ser incentivado como método de planejamento familiar, reconhece que as condições de insegurança em que o aborto é praticado constituem um grave problema de saúde pública. Essa visão constitui um enorme avanço com relação a documentos internacionais anteriores sobre a questão.

## O Pós - Cairo: Vigiar a CIPD

A temática da saúde e direitos reprodutivos é sem dúvida a que reúne um maior número de grupos de mulheres, por esse motivo a articulação das ONGs de mulheres no processo da Conferência do Cairo foi maior do que nas anteriores.

Considerando as tremendas tensões que marcaram a CIPD, havia e continua a existir por parte das OSC de saúde e direitos reprodutivos, muita desconfiança relativamente à implementação dos acordos do Cairo.

Já em 1994, no final da própria CIPD, a WEDO facilitou a articulação de várias organizações que lançaram, no

nível internacional, uma proposta de monitoramento. “As Mulheres Vigiam o CIPD” é formada por organizações e pessoas familiarizadas e comprometidas com os acordos das Conferências da ONU. Recolhem denúncias sobre abusos e não cumprimento de recomendações e metas. Recorrem a legisladores, oficiais de governos, às próprias agências da ONU, à mídia, ressaltando essas questões.

A WEDO, em parceria com a organização Cúpula da Terra Watch, tem produzido vários relatórios dando conta dos progressos relativos à

implementação do Programa de Ação da CIPD nos diversos países.

No Brasil, foi criada em 1995 a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (ligada à Presidência da República), que conta com a participação de vários representantes da sociedade civil e é presidida por uma feminista com longo percurso na área dos direitos reprodutivos.

No campo das OSCs, a Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, reúne quase 100 organizações e grupos de mulheres. Tem desenvolvido ações e campanhas permanentes com vistas à implementação do Programa de Ação da CIPD.

## Cúpula de Desenvolvimento Social - Mulheres em Campanha para a Conferência de Pequim, Copenhague, 1995

A Cúpula de Desenvolvimento Social não estava no calendário original da ONU das conferências planejadas para a década dos 90. Representou, no entanto, um esforço importante para dar destaque ao crescimento da pobreza, aos efeitos das políticas de ajuste estrutural e à necessidade de um maior compromisso por parte de países do Norte e do Sul com políticas de desenvolvimento social. Merece destaque, entre os resultados, a proposta 20/20 do Programa de Ação que recomenda a aplicação de 20% dos orçamentos nacionais e de recursos da cooperação para programas sociais nos países com índices de desenvolvimento humano abaixo do aceitável.

A Conferência contou com ampla par-

ticipação de organizações da sociedade civil, sobretudo das organizações de mulheres, protagonistas de grande visibilidade. Além da realização do Caucus diário, a WEDO lançou no dia 8 de março, uma ampla campanha: "180 Dias, 180 Maneiras de Trabalhar para a Conferência da Mulher na China". A repercussão foi enorme, a começar pelo Secretário Geral da Conferência, Juan Somavia, que não só passou a usar o *botom* da campanha como a distribuí-los para os representantes de governo presentes à conferência.

Do ponto de vista da inclusão da perspectiva de gênero na Agenda Política Global, o documento final da Cúpula de Desenvolvimento Social represen-

ta um avanço na medida em que contém inúmeras referências à mulher num documento de natureza macroeconômica, como por exemplo a recomendação para que o valor do trabalho não pago seja medido nas contas satélite do Produto Interno Bruto (PIB).

Esse mecanismo pode ser revolucionário, se aplicado, na medida em que vai passar a reconhecer formalmente uma contribuição de altas proporções econômicas. O PIB oficial mundial em 1995 era de 29 trilhões de dólares. Além disso existia um PIB não contabilizado de 15 trilhões de dólares atribuídos ao total do trabalho informal, dos quais 2/3 correspondiam ao trabalho feminino.

## A chegada das Mulheres à Política Global - a IV Conferência Internacional da Mulher - Pequim 1995

A I Conferência da ONU sobre a Mulher ocorreu em 1975, no México, com uma agenda reduzida. Seu Plano de Ação aprovou a Década da ONU sobre a Mulher (1975-1985) definindo metas claras a serem alcançadas nos dez anos seguintes para eliminar a discriminação. A II Conferência realizada em Copenhague, em 1980, foi mais que tudo uma reunião de balanço sobre os primeiros cinco anos da chamada Década da Mulher.

A III Conferência que se realizou em Nairobi, Quênia, em 1985, teve maior repercussão. As ações voltadas para eliminar a discriminação não haviam alcançado os resultados esperados, no entanto, haviam conseguido mobilizar as mulheres no âmbito

governamental e não-governamental. O Fórum paralelo congregou 14 mil participantes para debater uma grande variedade de temas. A participação de OSCs nas delegações oficiais foi muito pequena nestas três conferências.

Ao recordar essa trajetória, percebemos que a IV Conferência representa um avanço em todos os sentidos. 4035 OSCs participaram da Conferência oficial, e mais de 30 mil do fórum de ONGs paralelo.

A Conferência de Pequim refletiu o aprendizado que muitas organizações haviam assimilado na participação em processos anteriores. Esse mérito não passa despercebido, como des-

taca Virginia Vargas, Coordenadora do Fórum da América Latina e do Caribe no processo da IV Conferência Internacional da Mulher.

*"As democracias do mundo têm um débito para com o movimento das mulheres, e queremos que essa dívida seja reconhecida. As mulheres têm direito a políticas públicas coerentes com as nossas contribuições. Nada mais ou a menos".*

A Plataforma de Ação de Pequim consolida as conquistas já alcançadas nas conferências anteriores nas áreas de direitos reprodutivos e saúde, participação política e econômica, meio ambiente, direitos humanos, combate à violência sexual e doméstica, direito à propriedade da terra e ao crédito,

educação. Em muitas áreas a linguagem do texto se torna mais específica, recomendações e propostas são mais sofisticadas. Muitas organizações consideram como grande conquista da conferência o debate sobre a não discriminação baseada na orientação sexual, com recomendação específica incluída no parágrafo 46 do texto.

A articulação de *lobby* das organizações presentes ao processo oficial da Conferência de Pequim mostrou-se extremamente eficiente. Formou-se uma coalizão com mais de 30 representantes dos diferentes caucus que monitoravam os avanços de praticamente todas as temáticas tratadas na Conferência. Em reuniões diárias, es-

sas representantes relatavam e discutiam questões contenciosas e, em conjunto com o grupo, planejavam estratégias, beneficiando-se do fato que muitas OSCs participavam também de delegações oficiais, facilitando o contato e representando uma grande mudança em relação às conferências anteriores da mulher.

A Plataforma de Ação de Pequim é bastante completa para o padrão ONU, conforme expresso pelo subsecretário geral, Nitin Desai, que considera o documento "a melhor proposta para implementação do desenvolvimento sustentável".

O Fórum paralelo foi o maior que já ocorreu numa conferência da ONU.

Foi marcado pela diversidade das participantes e pela multiplicidade de eventos de toda a natureza. Mostrou, certamente, que a temática do gênero de fato se globalizou, tendo sido assimilada por mulheres nos lugares mais remotos da Terra. O fenômeno da ampla participação em Huairou - nome do distrito que abrigou o Fórum - é revelador da confiança que as mulheres depositam nos espaços internacionais para articular suas agendas. Se torna ainda mais significativo quando se leva em conta as enormes dificuldades que quase todas as participantes enfrentaram para conseguir seus vistos de entrada em embaixadas e consulados chineses espalhados pelo mundo.

## O Pós-Pequim

Em quase todos os países e regiões, a Conferência de Pequim foi marcada por considerável mobilização das OSCs no período que precedeu o evento. Criaram-se fóruns, articulações, foram elaborados todo o tipo de documentos e manifestos.

No período Pós-Pequim essa motivação se mantém viva e as OSCs criam mecanismos para fazer com que os governos mantenham as promessas feitas. A WEDO já produziu cinco relatórios, lançados a cada seis meses. Todo mês de março durante a reunião da Comissão da ONU sobre o Status da Mulher e a todo setembro, mês de aniversário da IV Conferência.

No último relatório de março deste ano, chama atenção a riqueza de detalhe das informações fornecidas por OSCs de 88 países, em resposta ao questionário submetido pelo WEDO,

com a finalidade de recolher uma avaliação independente sobre avanços e retrocessos no cumprimento dos compromissos assumidos pelos governos que aprovaram a Plataforma de Ação.

Entre os resultados mais significativos, merece destaque o fato de 70% dos 187 que aprovaram a Plataforma de Ação, elaboraram seus Planos Nacionais. Em 77 foram estabelecidas Comissões Nacionais para acompanhar a implementação das ações, 36 delas com poder para tomar iniciativas no nível legislativo.

No Brasil, os órgãos responsáveis pelo monitoramento da implementação da Plataforma de Ação é o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, os Conselhos Estaduais e Municipais. O CNDM elaborou o Plano de Ação Nacional através de um processo de consulta regional que incluiu uma ampla gama de setores, inclusive as

OSCs. "Estratégias de Igualdade" inclui sete áreas críticas com princípios e metas a serem cumpridas em cada uma delas.

Deputadas e senadoras criaram, no nível do Congresso, a Comissão Nacional para a Implementação da Plataforma de Ação de Pequim e, desde de 1995, aproximadamente 25 projetos de lei sobre questões de igualdade de gênero foram aprovados. Um dos que teve maior repercussão é o que estabelece a cota de 25% de candidatas a eleição de mulheres em todos os partidos.

Nas últimas eleições municipais, de 1996, registrou-se um aumento significativo do número de candidatas mulheres. Nas eleições estaduais deste ano registram-se três candidatas a governadoras e uma a vice-presidente, além de um grande número de candidatas deputadas.

## Habitat II - Istambul, 1996 - Cúpula da Alimentação - Roma, 1997

As duas últimas conferências da década tiveram menor importância, muito embora em ambas as mulheres mantiveram seu nível de protagonismo, organizando o Caucus, para impedir que houvesse retrocessos e perdas nas conquistas conseguidas nos planos de ação das conferências anteriores.

No processo preparatório da Conferência Habitat II, deu-se um fato inédito, reflexo da credibilidade que o movimento de mulheres logrou

junto a ONU. O secretário-geral da conferência, Wally N'Dow, criou a Comissão Huairou, convidando lideranças de organizações de mulheres, representantes de órgãos da mulher da ONU, para assessorá-lo no sentido de dar à questão de gênero a prioridade correta.

Na realidade, a Conferência do Habitat II foi uma das que mais inovou no formato, tentativa de estabelecer canais de diálogo dos governos com os diversos atores, impli-

cados no processo de discussão de soluções e alternativas para os aglomerados urbanos, que crescem em progressão geométrica.

O modelo de estabelecer fóruns de diálogo entre governos e setores sociais vem sendo adotado também pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável, e representa uma forma mais dinâmica e eficiente de incorporar no curso dos debates a visão, experiência e alternativas dos setores não-governamentais.

### Considerações Finais

Há muitas críticas quanto ao custo/benefício do ciclo de conferências da ONU nesta década, são vistas como excesso e mais e mais da mesma coisa. De fato houve um certo esgotamento de possibilidades desses espaços. Mesmo o monitoramento das comissões de acompanhamento, como é o caso da CDS, da Comissão sobre Status da Mulher e Comissão de População e Desenvolvimento é visto pelas OSCs como um desperdício de recursos e esforços.

Urge a criação de novos espaços no processo de reforma da ONU. Espaços esses que respondam de fato aos desafios impostos pela complexidade da realidade contemporânea e pela necessidade de estruturas de governabilidade global. Como afirma Eduardo Viola:

“Hoje está claro que um avanço significativo na construção de instituições de governabilidade global depende de uma reforma estrutural profunda do

sistema ONU, o que supõe assumir sua passagem de um sistema internacional-intergovernamental para um sistema transnacional-transgovernamental. A tragédia atual da humanidade resume-se na inexistência de atores fortes para propor, liderar e impor esta transição: os Estados-Nações significativos são contrários (EUA, França, Reino Unido, Espanha, Rússia, China, Índia, Brasil, Coreia do Sul, Indonésia), reticentes (Alemanha, Itália, Canadá, Japão, Austrália) ou timidamente favoráveis (Holanda, Suécia); as corporações transnacionais são obviamente contrárias já que exercem o máximo de poder na situação atual de mercado global não-regulado publicamente; as Organizações Não-Governamentais internacionalizadas são normativamente favoráveis, porém, são *loci* de uma cultura organizacional individualizante radical, que limita dramaticamente sua capacidade de articulação e liderança política; a comunidade científica, em-

bora altamente internacionalizada estrutural e normativamente, carece ainda de lideranças e redes de intervenção social capazes de lidar com a magnitude da tarefa (contudo a evolução de organizações como a Union of Concerned Scientists é promissora); e, por último, as estruturas e lideranças religiosas mais influentes, como a quase totalidade dos grupos cristãos e islâmicos, permanecem prisioneiras de cosmologias elaboradas há milhares de anos quando a humanidade enfrentava dilemas materiais, políticos, éticos e espirituais radicalmente diferentes dos atuais. No fundamental, o futuro dos sistemas democráticos nacionais depende da inserção bem sucedida das economias nacionais no processo de globalização e da construção de instituições de governabilidade global. A construção de instituições de governabilidade global favorecerá a revitalização ou desenvolvimento dos sistemas democráticos nacionais. O desenvolvimento de uma

via definitivamente oligárquica de governabilidade global reforçará apenas os sistemas democráticos das sociedades bem integradas na globalização econômica. O desenvolvimento de uma via oligárquica-democratizante de governabilidade global estimulará o progresso do sistema democrático na maioria dos países do mundo”.

As OSCs , sobretudo aquelas que tiveram suas lideranças expostas ao ciclo de conferências, foram sem dúvida beneficiadas, muito embora de forma aleatória e muito pouco sistematizada até o momento. A percepção das OSCs recolhida pela Survey Benchmark comprova esse fato.

Examinar os vários ângulos de como se deram os processos de emergência das OSCs no plano internacional , encarar os limites, as contradições e até mesmo os equívocos pode facilitar o delineamento de um novo quadro de possibilidades, de um novo lugar das ONGs em direção à governabilidade global.

## Referências Bibliográficas

- Benchmark Environment Consulting, *Democratic Global Governance - Report of 1995 Benchmark Survey of NGOs*, Evaluation Report 4.96, Ministério das Relações Exteriores da Noruega, Oslo, 1996.
- Cadernos do CIM, *Mulher, Igualdade e Desenvolvimento*, São Paulo, 1996.
- Civicus, *Citizens - Strengthening Global Civil Society*, Edição da Assembléia Geral organizada por Miguel Darcy de Oliveira e Rajesh Tandon, Washington, 1994.
- FNUAP, *Resumo do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*. Nova York, 1995.
- CNUMAD, *Agenda 21*, publicação Senado Federal, 1996.
- COMMISSION on Global Governance, *Our Global Neighbourhood*. Oxford University Press, 1995.
- DEPARTAMENTO de Informações Públicas da ONU, *Las Conferências Mundiales*, Nações Unidas. Nova York, 1997.
- MINISTÉRIO da Justiça, Programa Nacional dos Direitos Humanos. Brasília, 1996.
- CORREA, Sônia; GOUVEIA, Taciana. *As Conferências da ONU - Mulheres na Política Global: uma Resenha*. Rio de Janeiro, 1995.
- UN NGO Liaison Service, *The United Nations, NGOs and Global Governance*, NGLS Development Dossiers. Nova York, 1996.
- UNRISD, *Globalization and Civil Society - NGO Influence in International Decision Making*. Artigo escrito por Riva Krut, Genebra, abril 1997,
- VIOLA, Eduardo. "A multidimensionalidade da Globalização, as Novas Forças Sociopolíticas Transnacionais e seu Impacto na Política Ambiental no Brasil" In: FERREIRA, Leila e VIOLA, Eduardo (org.) *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1996.
- WEDO, *Agenda 21 de Ação das Mulheres*, traduzido pela Rede de Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro, 1992.
- WEDO, *Keeping the Promises. Monitoring and Advocacy Strategies for Advancing Women's Agendas*. Relatório de Reunião de Trabalho. Nova York, 1996.
- WEDO, *Weaving for a Better Future*, Relatório Final Forum das ONGs de Huairou na China. Nova York, 1996.
- WEDO, *Women Transform the Mainstream*, publicado pela Divisão de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Nova York, 1998.
- WEDO, *Mapping Progress- Assessing Implementation of the Beijing Platform 1998*. Nova York, 1998.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO



**PERES**  
GRÁFICA EDITORA

**Pabx: (011) 7209-1387**